

ATA Nº. 06/2025–2029
Sessão de 30 de Abril de 2026

--- SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM. ----

--- Aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, pelas dezoito horas e cinquenta minutos, reuniu a Assembleia Municipal de Santarém, no Salão Nobre do Comando Distrital de Santarém da GNR, na cidade de Santarém, com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS**: -----

--- **Um** – APRECIAÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO E DA SUA SITUAÇÃO FINANCEIRA, DESDE A ÚLTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA. -----

--- **Dois** – INFORMAÇÕES PRESTADAS PELOS DEPUTADOS MUNICIPAIS ELEITOS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA NAS DIFERENTES COMISSÕES, CONSELHOS MUNICIPAIS E OUTROS ÓRGÃOS.-----

--- **Três** – APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE RELATÓRIO DE GESTÃO E MAPAS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E BALANÇO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM REFERENTES AO ANO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO.-----

--- **Quatro** – APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO. -----

--- **Cinco** – APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REVISÃO Nº 02 AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS.-----

--- **Seis** – APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE INCENTIVO DE TAXAS – OCUPAÇÃO DE VIA COM ESPLANADAS ABERTAS E FECHADAS.-----

--- **Sete** – APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE APOIOS FINANCEIROS ÀS FREGUESIAS. -----

--- **Oito** – APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À JUNTA FREGUESIA DE S. VICENTE DO PAÚL – “17ª EDIÇÃO DAS TASQUINHAS DO ALVIELA DOIS MIL E VINTE E SEIS”.-----

ATA Nº. 06/2025–2029
Sessão de 30 de Abril de 2026

--- **Nove** – APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ATUALIZAÇÃO ANUAL DE VERBAS A TRANSFERIR PARA AS JUNTAS/UNIÕES DE FREGUESIA – CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA ÁREA DA SAÚDE – ANO DOIS MIL E VINTE E SEIS.-----

--- **Dez** – APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ACERTO NO ÂMBITO DE TRANSPORTE ESCOLAR EM CIRCUITO ESPECIAL REALIZADO PELA UNIÃO DE FREGUESIAS DE ACHETE, AZOIA DE BAIXO E PÓVOA DE SANTARÉM.-----

--- **Onze** – APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO EXTRAORDINÁRIO NA AQUISIÇÃO DE VIATURA NOVA AFETA AO TRANSPORTE COLETIVO DE CRIANÇAS – UNIÃO DE FREGUESIAS DE AZOIA DE CIMA E TREMÊS. -----

--- **Doze** – APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DA SEGUNDA ADENDA AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO ESPECÍFICO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA (CIA) OUTORGADO EM SETE DE MARÇO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTARÉM E A UNIÃO DE FREGUESIAS DE CASÉVEL E VAQUEIROS “OBRA: REABILITAÇÃO PROFUNDA DO ESPAÇO JOGO E RECREIO DA EB1/JI DE CASÉVEL”. -----

--- **Treze** – APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DA SEGUNDA ADENDA AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO ESPECÍFICO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA, (CIA) OUTORGADO EM DOIS DE AGOSTO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTARÉM E A FREGUESIA DE ALMOSTER – OBRA: REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO EXTERIOR DA ESCOLA EB1 DE ALMOSTER. -----

--- **Catorze** – APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONCRETIZAÇÃO DA DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS PARA AS FREGUESIAS – PROPOSTA DA C.M. SANTARÉM NOS TERMOS DOS NÚMEROS TRÊS E QUATRO DO ARTIGO SEGUNDO DO DECRETO-LEI NÚMERO

ATA Nº. 06/2025–2029
Sessão de 30 de Abril de 2026

CINQUENTA E SETE/DOIS MIL E DEZANOVE, DE TRINTA DE ABRIL. -----

--- **Quinze** – APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE MINUTAS DOS CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS (CIA) E DOS CONTRATOS DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS E AUTO DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS (AT) A CELEBRAR COM AS FREGUESIAS DO CONCELHO DE SANTARÉM.-----

--- **Dezasseis** – APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REVOGAÇÃO DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO ESPECÍFICO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTARÉM E A UNIÃO DE FREGUESIAS DA CIDADE DE SANTARÉM – OBRA: REQUALIFICAÇÃO DA COBERTURA E DAS CAIXILHARIAS DA ESCOLA EB1 E JI DO PEREIRO.-----

--- **Dezassete** – APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO (CIA) ESPECÍFICO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTARÉM E A UNIÃO DE FREGUESIAS DA CIDADE DE SANTARÉM EM UM/AGOSTO/DOIS MIL E VINTE E TRÊS - OBRA: “REQUALIFICAÇÃO DA RUA 19 DE MARÇO – PORTELA DAS PADEIRAS”. -----

--- **Dezoito** – APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE RELATÓRIO GLOBAL DE ANÁLISE DA EXECUÇÃO DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS MUNICIPAIS NAS FREGUESIAS DO CONCELHO (ANO DOIS MIL E VINTE E CINCO) – CONTROLO DA REGULARIDADE DA APLICAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS MUNICIPAIS.-----

--- **Dezanove** – APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CARTA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM RELATÓRIO FINAL.-----

--- **Vinte** – APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO DA HABITAÇÃO DE PROMOÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM. -----

--- **Vinte e um** – APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONSTITUIÇÃO

ATA Nº. 06/2025–2029
Sessão de 30 de Abril de 2026

DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PARA O MANDATO DOIS MIL E VINTE E CINCO/DOIS MIL E VINTE E NOVE. -----

--- **Vinte e dois** – APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE VOTOS, MOÇÕES OU RECOMENDAÇÕES APRESENTADAS NOS TERMOS DO ARTIGO QUARENTA E SEIS DO REGIMENTO.-----

--- O senhor **Presidente da Assembleia** ordenou que se procedesse à chamada, verificando-se as seguintes presenças: -----

--- Gustavo Coimbra dos Reis (Presidente da Mesa).-----

--- Carla Patrícia Lopes Neto (Primeira Secretária da Mesa). -----

--- Ana Marta Ferramacho Teixeira (Segunda Secretária da Mesa).-----

--- Adelino Miguel Tavares Saldanha Alves. -----

--- Ana Rita Pereira Correia Félix.-----

--- António Pina Ferreira Campos Braz. -----

--- Beatriz dos Santos Martins. -----

--- Cláudia da Conceição Guilherme Catarino Lobo. -----

--- Cristiana Martins Correia.-----

--- Francisco José Velez Gaspar.-----

--- Joaquim Augusto Queirós Frazão Neto. -----

--- Jorge Manuel Fernandes Rodrigues.-----

--- José Luís Costa Saramago Gonçalves Landureza.-----

--- José Manuel Augusto de Magalhães. -----

--- Luís Manuel da Graça Batista. -----

--- Luís Maria Silveira Martins.-----

--- Luís Miguel Santana Justino. -----

--- Nádia Margarida Pereira.-----

--- Paula Sofia da Costa Cruz.-----

--- Paulo Jorge Caro Bolrão.-----

--- Paulo Tomás Salsa Meireles Ferreira Oliveira. -----

ATA Nº. 06/2025–2029
Sessão de 30 de Abril de 2026

- Pedro Gonçalo Coelho Nunes de Melo.-----
- Raquel Neto Cordeiro.-----
- Renato António Vieira Calado Possante Bento. -----
- Tatiana Filipa Palão Silvestre.-----
- Vítor Manuel Borges da Costa. -----
- **Presidentes de Junta:** -----
- Ana Rita Madeira Montês (em representação da Presidente de Junta de Freguesia de Abitureiras).-----
- Maria Suzete Cordeiro Henriques de Jesus (Abrã). -----
- Manuel Joaquim Vieira (Alcanede).-----
- Luís Guilherme Madeira Mena Esteves (Alcanhões). -----
- Pedro Manuel Teixeira da Costa (Almoster). -----
- Nelson Manuel Lucas Martins (Amiais de Baixo).-----
- Gonçalo Colaço Amaro (Arneiro das Milhariças). -----
- Orlando Emanuel Duarte Félix (Gançaria). -----
- Miguel dos Santos Carvalho (Secretário da JF de Moçarria). -----
- Raúl Augusto Duarte Violante (Pernes).-----
- Fernando Manuel Madeira Vítor (Póvoa da Isenta). -----
- Manuel José Assunção Neves (Vale de Santarém). -----
- Nuno Gonçalo Fróis Carriço (São Vicente do Paúl).-----
- Rui Jorge Vassalo Ferreira Apolinário (Vale de Figueira). -----
- António Manuel Zibaia Bento (UF Azoia de Cima e Tremês).-----
- Miguel Ângelo Rosário Tomás (UF Casével e Vaqueiros).-----
- Jorge Manuel Milheiro Segundo dos Santos (UF Romeira e Várzea). -----
- Alfredo Condeço Amante (UF Cidade de Santarém). -----
- **Pedidos de substituição, nos termos da Lei e do Regimento:** -----
- António Maria Coimbra Gramacho Marreiros Figueira. -----
- Luís Tomás Carvalheira do Souto Gonçalves. -----

ATA Nº. 06/2025–2029
Sessão de 30 de Abril de 2026

--- Rui Pedro de Sousa Barreiro. -----

--- Tiago José Lourenço Simões. -----

--- **Justificaram a ausência:** -----

--- Paula Alexandra Machado Sousa Canavarro. -----

--- Guida Isabel Finote Henriques Botequim da Gaga (UF Achete, Azoia de Baixo e Póvoa de Santarém). -----

--- **Executivo Municipal** -----

--- Presenças: -----

--- João Francisco Ferreira Teixeira Leite. -----

--- Pedro Miguel César Ribeiro. -----

--- Pedro Manuel Rios de Oliveira Camões Gouveia. -----

--- Paulo Vladimiro Santana Caetano. -----

--- Emídio Emanuel Campos Vieira. -----

--- Cláudia Patrícia Monteiro Afonso. -----

--- Pedro Alexandre Arrabaça da Silva Oliveira Correia. -----

--- Teresa Cristina Rocha Matias Ferreira. -----

--- Nuno Ferreira da Costa Domingos. -----

--- Confirmada a existência de quórum, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão, cumprimentando todos os presentes, em especial o senhor Comandante da GNR, Coronel João Paulo Gonçalves dos Santos, que generosamente acolheu esta sessão no Salão Nobre do Comando Territorial da GNR, no centro histórico de Santarém. Referiu que esta mudança não decorre apenas de razões logísticas, mas representa uma opção estratégica e simbólica de aproximação da Assembleia Municipal aos munícipes, comerciantes e realidade do centro histórico, reforçando o compromisso com a sua valorização e revitalização. -----

--- Expressou agradecimento ao senhor Comandante Coronel João Paulo Gonçalves dos Santos, pela colaboração e disponibilidade demonstradas, bem como aos serviços municipais e colaboradores envolvidos na organização da transição, incluindo os serviços

ATA Nº. 06/2025–2029
Sessão de 30 de Abril de 2026

de apoio à Assembleia Municipal.-----

--- Deu conhecimento de que a próxima sessão ordinária de junho terá lugar, em formato descentralizado, na freguesia de Amiais de Baixo, solicitando aos líderes de bancada e ao Presidente de Junta daquela freguesia que permanecessem no final da sessão para articulação dos detalhes necessários.-----

--- Informou ainda que deram entrada fora do prazo regimental duas propostas, nomeadamente, um Voto de Saudação do Partido Chega “Aos Antigos Combatentes” e uma Moção do Partido Social Democrata “Pela Instalação do Centro Interpretativo do Vinte Cinco de Abril em Santarém”. Aludiu que nos termos do Regimento, a admissão destas propostas exige aprovação unânime do plenário. Submetidas a admissão das duas propostas a votação, foram ambas rejeitas com o voto contra da senhora deputada Rita Correia.-----

--- No uso da palavra, a senhora deputada **Rita Correia** esclareceu que o seu sentido de voto resultou de uma posição de coerência com a prática adotada no mandato anterior relativamente a propostas apresentadas fora do prazo, sublinhando não existir oposição ao conteúdo das mesmas, as quais poderão ser apreciadas em sessão futura, conforme previsto no Regimento.-----

--- Seguidamente, o senhor **Presidente da Assembleia** deu início ao **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**, submetendo a discussão e votação a Ata número **Cinco / dois mil e vinte e cinco – dois mil e vinte e nove**, tendo sido **aprovada por unanimidade**.-----

--- Prosseguiu-se o **Período de Antes da Ordem do Dia**, tendo usado da palavra o senhor **Deputado Jorge Rodrigues** que felicitou a escolha do local para as sessões da Assembleia, destacando o valor emblemático desta sala.-----

--- Relativamente à valorização da memória coletiva, assinalou as comemorações do Vinte Cinco de Abril em Santarém, sublinhando os compromissos assumidos para a alteração do local da estátua de Salgueiro Maia e o arranque da primeira fase do MAVU (Museu de Abril e dos Valores Universais).-----

ATA Nº. 06/2025–2029
Sessão de 30 de Abril de 2026

--- Saudou ainda o executivo pela proposta de instalação do Centro Interpretativo do Vinte Cinco de Abril em Santarém, defendendo-o como um projeto estruturante de descentralização e um espaço plural de reflexão.-----

--- Mencionou também a relevância das cerimónias militares de apresentação das Forças Armadas ao senhor Presidente da República, que reforçaram a centralidade da cidade.---

--- No que concerne às infraestruturas e mobilidade, abordou o estado das obras na Estrada Nacional trezentos sessenta e dois, referindo que a intervenção se encontra em fase final, dando nota de que, na localidade de Valverde, algumas situações inicialmente problemáticas foram corrigidas durante a execução da obra, designadamente nos cruzamentos para a zona de desenvolvimento económico e Pé da Pedreira, permitindo uma circulação mais fluida do trânsito pesado. Contudo, alertou para a persistência de constrangimentos em vários pontos da localidade de Valverde, nomeadamente nas curvas do Café Cadete e à entrada da localidade e no cruzamento junto ao Café Pinheiro, onde o estreitamento da via dificulta a circulação de veículos pesados. Nesse sentido, questionou o senhor Presidente da Câmara sobre a existência de reuniões agendadas com a Infraestruturas de Portugal e sobre as possíveis diligências efetuadas relativamente a esta matéria. -----

--- Por último, o deputado solicitou informações atualizadas sobre o ponto de situação das obras nas Assacaias e na Estrada Nacional trezentos e sessenta e cinco, em Alcanhões.

--- O senhor **Deputado Joaquim Neto** referiu que o regresso a esta sala para as sessões da Assembleia lhe parece menos operacional, admitindo que futuramente poderá ser necessário repensar a disposição dos lugares.-----

--- Relativamente à Estrada Nacional trezentos e sessenta e dois, associou-se às preocupações anteriormente manifestadas pelo Deputado Jorge Rodrigues, considerando fundamental que o senhor Presidente da Câmara desenvolva todos os esforços junto da Infraestruturas de Portugal para ultrapassar os problemas existentes. Referiu que a via ficou mais estreita e criticou o facto de a Infraestruturas de Portugal tomar decisões sem auscultar devidamente as entidades competentes. Deu como exemplo a questão dos

ATA Nº. 06/2025–2029
Sessão de 30 de Abril de 2026

passeios, defendendo que, tratando-se de uma zona caracterizada pela calçada, deveriam ter sido executados passeios em pedra de calçada, podendo a Câmara Municipal ter desenvolvido esforços nesse sentido, mesmo assumindo parte dos custos.-----

--- Informou que irá apresentar ao senhor Presidente da Assembleia um requerimento relacionado com o Contrato de Conservação Corrente, que considera estar concluído ou em fase de conclusão, a solicitar um relatório completo e detalhado das intervenções realizadas, salientando que algumas estradas municipais inicialmente previstas não foram intervencionadas, nomeadamente as Estrada municipal quinhentos e seis, entre o Malhou e Amiais, e a Estrada Municipal quinhentos e seis – dois, entre Amiais e o Canal. Apelou ainda ao senhor Presidente da Câmara para que as estradas previstas no contrato atual e que não foram executadas sejam consideradas prioritárias no próximo Contrato de Conservação Corrente, por considerar que as freguesias afetadas ficaram privadas desses investimentos e da necessária recuperação das vias, cujo estado classificou como bastante degradado.-----

--- Por último, questionou o executivo sobre o estado de conservação da fachada do Teatro Sá da Bandeira, na Rua João Afonso, solicitando esclarecimentos sobre a degradação visível do imóvel. -----

--- O senhor **Deputado Vítor Borges da Costa** teceu algumas considerações sobre as comemorações do vinte cinco de Abril em Santarém, criticando o facto de as intervenções políticas se terem centrado exclusivamente no discurso do senhor Presidente da Câmara, o qual aproveitou a ocasião para dirigir críticas à oposição, em contradição, no seu entender, com o apelo ao compromisso democrático. -----

--- Sustentou que o executivo municipal não representa uma maioria absoluta da vontade popular, salientando que, na sua perspetiva, o número de eleitores que não votaram no atual Presidente da Câmara é superior ao que votaram na sua candidatura. Criticou também a concentração de poder na atribuição de pelouros, considerando tratar-se de uma prática pouco consentânea com os princípios democráticos. -----

--- Manifestou estranheza pelo facto de, nas cerimónias evocativas do Vinte e Cinco de

ATA Nº. 06/2025–2029
Sessão de 30 de Abril de 2026

Abril, não ter sido dada oportunidade de intervenção aos partidos com representação na Assembleia Municipal, ao contrário do que sucede, segundo referiu, noutros municípios.

--- Dirigiu também uma saudação ao senhor Presidente da Assembleia Municipal pela escolha do novo espaço para realização das sessões da Assembleia. -----

--- Criticou ainda a ausência de comunicação formal aos membros da Assembleia Municipal relativamente às cerimónias militares de apresentação das Forças Armadas ao senhor Presidente da República, considerando a situação estranha e inadequada. -----

--- Relativamente à apresentação de projetos para o centro histórico, manifestou ceticismo quanto à concretização das propostas apresentadas pelo executivo municipal, comparando-as a outros projetos anteriormente anunciados e não concretizados, designadamente no espaço da antiga Escola Prática de Cavalaria e do Presídio Militar. -----

--- Referiu ainda que as obras emblemáticas do atual executivo se localizam sobretudo em zonas periféricas e abaixo da cidade, apontando como exemplos a entrada Norte da cidade e o estacionamento da Estação Ferroviária. -----

--- Abordou igualmente a atribuição de subsídios extraordinários às coletividades, reconhecendo a sua importância, mas defendendo a necessidade de regulamentação mais precisa e equitativa. -----

--- Por fim, comentou a revisão orçamental motivada pelas intempéries, considerando que algumas situações poderiam ter sido prevenidas atempadamente, e apresentou uma saudação especial ao Jornal Correio do Ribatejo pelos seus cento e trinta e cinco anos de publicação ininterrupta, agradecendo o serviço prestado à comunidade. -----

--- O senhor **Deputado Pedro Melo** iniciou a sua intervenção saudando o novo espaço de trabalho da Assembleia, destacando o seu carácter histórico e digno para a cidade, embora tenha manifestado a esperança de que as respetivas funcionalidades venham a ser aprimoradas. No plano geral, realçou o conjunto de "boas notícias" e o sucesso de eventos recentes na cidade, sublinhando a boa organização das comemorações do vinte cinco de Abril e de outras iniciativas culturais. -----

--- Elogiou o programa de requalificação do Centro Histórico e da Ribeira de Santarém,

ATA Nº. 06/2025–2029
Sessão de 30 de Abril de 2026

classificando-o como ambicioso e bem concebido, embora tenha questionado o senhor Presidente sobre as fontes de financiamento previstas para a sua execução. Manifestou ainda particular preocupação com o espaço da Escola Prática, defendendo uma reabilitação célere para evitar a sua degradação e alertando para o risco de este se tornar uma “manta de retalhos” devido ao excesso de ocupação por diversos serviços. -----

--- Congratulou o executivo pelo sucesso do Dia Internacional dos Monumentos e pela dinamização desportiva da cidade, referindo especificamente a *Night Race* e a realização inédita de uma prova do circuito nacional de esgrima. Aproveitou para felicitar o esforço dos serviços camarários no planeamento destes eventos. -----

--- Por último, abordou com preocupação o tema da proteção civil, questionando se o município está hoje mais capacitado do que no ano anterior para enfrentar emergências, como incêndios ou falhas de energia (*blackouts*). Sugeriu a necessidade de reforçar o número de bocas de incêndio no centro da cidade e reiterou propostas anteriores, nomeadamente a criação de um parque de geradores e a aquisição de telefones satélite para assegurar comunicações em casos de força maior. Concluiu sintetizando as suas questões sobre o financiamento do plano de requalificação e o ponto de situação do planeamento e meios de proteção civil. -----

--- A senhora **Deputada Rita Correia** colocou várias questões ao Senhor Presidente da Câmara, começando por abordar o projeto da Universidade do Ribatejo e a utilização da área da antiga Escola Prática de Cavalaria (EPC). -----

--- Referiu discordar da intervenção anterior do Senhor Deputado Pedro Melo, considerando que está em curso um desmantelamento progressivo do espaço da antiga EPC sem uma visão estratégica e sem planeamento integrado. Criticou o anúncio sucessivo de novas infraestruturas, serviços e localizações para aquela área, defendendo que poderá chegar um momento em que será demasiado tarde para reorganizar o espaço de forma coerente, questionando quais as áreas previstas para ocupação e para quando a apresentação à cidade de um plano estratégico global para a referida antiga Escola Prática de Cavalaria. -----

ATA Nº. 06/2025–2029
Sessão de 30 de Abril de 2026

--- Abordou o recentemente anunciado parque tecnológico previsto para o CNEMA. Reconhecendo que se trata de uma área ampla e historicamente vocacionada para acolher o Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas e a Feira Nacional de Agricultura, manifestando preocupação com o impacto urbanístico e funcional de mais esta infraestrutura naquela zona da cidade.

--- Questionou se a instalação do parque tecnológico poderá agravar os constrangimentos existentes, atendendo também à existência de um Retail Park em construção, de um novo hospital em desenvolvimento e da proximidade da linha ferroviária. Sugeriu ainda que a zona da antiga Estação Zootécnica Nacional, no Vale de Santarém, poderia eventualmente ser ponderada como alternativa para acolher este tipo de equipamentos, defendendo, por isso, que a cidade e os deputados municipais devem conhecer de forma clara e integrada os planos previstos para estas áreas, evitando soluções avulsas e desarticuladas. -----

--- Recordou, relativamente à circulação junto à estação da CP, que, antes das cheias deste ano, tinha sido anunciada uma alteração ao trânsito para minimizar os problemas de acesso existentes. Contudo, a situação continua a agravar-se, dando como exemplo o congestionamento verificado, com filas de trânsito a atingir a rotunda do Continente. Quis saber se o percurso alternativo anteriormente previsto irá avançar, e quais as medidas planeadas para resolver os problemas de mobilidade naquela zona, reconhecendo que a solução estrutural necessária depende também de outras entidades além da autarquia. ----

--- Por fim, solicitou esclarecimentos sobre o ponto de situação do concurso para a Ponte da Panela, nomeadamente se os valores do mesmo foram devidamente atualizados face à conjuntura atual. -----

--- A senhora **Deputada Paula Cruz** destacou iniciativas de cariz educativo e social no concelho, designadamente o Inter-Educa que assinalou a realização de mais uma edição desta iniciativa, classificando-a como um espaço relevante de encontro entre a educação, a formação e a comunidade. Sublinhou a importância deste momento para a partilha e reflexão, reforçando o papel de Santarém na promoção de políticas educativas integradoras. -----

ATA Nº. 06/2025–2029
Sessão de 30 de Abril de 2026

--- Destacou a celebração do protocolo com Protocolo com a Scholas Occurrentes, Movimento Educativo Internacional, fundado pelo Papa Francisco, que prevê a instalação de um polo na Ribeira de Santarém, referindo que este passo projeta o concelho numa rede internacional com forte dimensão social e cultural, contribuindo simultaneamente para a valorização da frente ribeirinha. -----

--- Deixou um alerta sobre a necessidade de acompanhar as próximas etapas após a formalização do protocolo. Enfatizou que é fundamental garantir que o projeto se traduza em oportunidades reais para a comunidade local, especialmente para os jovens e instituições, apelando a que o processo seja conduzido com ambição e responsabilidade.

--- A senhora **Deputada Nádia Pereira** começou por abordar a situação do Vitória Clube de Santarém, considerando tratar-se de uma referência do futsal nacional e de um clube de grande relevância para o concelho. Alertou para o estado de rutura e a falta de condições de segurança das suas instalações. Questionou o Presidente da Câmara sobre o ponto de situação do apoio à reconstrução do espaço, solicitando detalhes sobre as diligências tomadas, os custos previstos e os prazos para a realização das obras necessárias, após notícias contraditórias sobre o encerramento da sede. -----

Referiu-se ao apoio de cento e cinquenta mil euros atribuído pelo município à Associação Setor 9 destinado à promoção da cultura taurina e à aquisição de bilhetes para a temporada de dois mil e vinte seis, manifestando a sua preocupação com o aumento contínuo deste financiamento público, questionando se existe uma dependência crescente do setor por falta de capacidade de autofinanciamento. -----

--- Solicitou esclarecimentos sobre o retorno efetivo deste investimento para o concelho e se o executivo pretende manter esta trajetória de apoio financeiro no futuro. -----

--- O senhor **Deputado Luís Martins** centrou a sua intervenção na análise às Grandes Opções do Plano (GOP) para dois mil e vinte seis, fundamentando-se numa reunião técnica tida com o Diretor Financeiro da Câmara Municipal, destacando os seguintes pontos: ---

--- Falta de Fiabilidade Orçamental: O Deputado denunciou a existência de erros graves na programação plurianual de diversos projetos, resultantes da não consideração de valores

ATA Nº. 06/2025–2029
Sessão de 30 de Abril de 2026

já executados em anos anteriores. Sublinhou que esta situação compromete a transparência, a consistência e a "imagem verdadeira" da informação financeira que serve de base às decisões da Assembleia, violando princípios da Lei número setenta e três de dois mil e treze. -----

--- Urgência na Regularização: Manifestou discordância face à indicação do executivo de adiar as correções para dois mil e vinte sete. Defendeu que a reposição da verdade orçamental deve ocorrer ainda no decurso do exercício económico de dois mil e vinte seis, através de uma alteração formal às GOP. -----

--- Irregularidades em Projetos Específicos: Foram elencados cinco projetos com discrepâncias financeiras significativas: -----

--- Parque Escolar: Desconhece-se o destino do valor investido até dois mil e vinte quatro e o estado atual do projeto (concluído ou cancelado), uma vez que não consta nas GOP de dois mil e vinte seis. -----

--- Dadores de Sangue e Aquisição de Terrenos: Em ambos os casos, o valor já investido até dois mil e vinte quatro é superior ao valor final previsto nas GOP de dois mil e vinte seis, o que indica erros de cálculo e omissão de dados. -----

--- Casa Mortuária de São Pedro: Verificam-se inconsistências entre os valores investidos e as previsões orçamentais para dois mil e vinte seis. -----

--- Cluster dos Insetos (INSECTERA): O projeto deixou de constar nas GOP de dois mil e vinte seis, desconhecendo-se o paradeiro contabilístico dos montantes investidos até dezembro de dois mil e vinte quatro. -----

--- Concluiu solicitando esclarecimentos urgentes sobre as causas destas falhas e o calendário efetivo para a sua regularização. -----

--- O senhor **Deputado Paulo Oliveira** felicitou o executivo pela mudança do espaço para a realização das sessões da Assembleia Municipal. -----

--- Louvou a atitude proativa do executivo na promoção de Santarém, destacando a presença em certames de relevo como O Mercado Imobiliário Mundial (MIPIM), a Bolsa de Turismo de Lisboa (BTL) e o Salão Imobiliário de Lisboa (SIL). Considerou que estas

ATA Nº. 06/2025–2029
Sessão de 30 de Abril de 2026

participações são pilares essenciais para a afirmação do território como competitivo, capaz de atrair investimento externo e gerar emprego, em vez de adotar uma postura passiva de espera pelo investimento. -----

--- Congratulou o executivo pelo projeto de revitalização do centro histórico, de Alfange e da Ribeira de Santarém, salientando a articulação entre habitação, comércio e património. No entanto, questionou se o programa, além do investimento em infraestruturas, prevê medidas específicas de apoio ao comércio local e à dinamização da vivência urbana nessas zonas. -----

--- Solicitou esclarecimentos sobre o Projeto Campos Tejo, designadamente quais as prioridades concretas definidas, o calendário previsto para a sua execução e qual a proporção esperada entre o investimento público e o investimento privado. -----

--- O senhor **Deputado Renato Bento** centrou a sua intervenção na prestação de cuidados de saúde no concelho, manifestando preocupação com os desafios estruturais enfrentados pela Unidade Local de Saúde (ULS) da Lezíria e pelo Hospital de Santarém, realçando os seguintes pontos fundamentais: -----

--- Questionou o executivo sobre a existência de um plano de resposta para o verão de dois mil e vinte seis, solicitando garantias sobre a escala dos serviços de urgência em especialidades críticas, como cardiologia, medicina interna e ortopedia. Destacou a falta de anestesistas como um dos maiores entraves ao funcionamento pleno dos blocos operatórios.-----

--- Perguntou que diligências estão a ser efetuadas pela Câmara Municipal e pela Comunidade Intermunicipal junto da tutela para atrair e fixar médicos especialistas, visando reduzir a dependência de prestadores de serviços externos que fragilizam as equipas. -----

--- Alertou para os elevados tempos médios de espera em casos não oncológicos, como a cirurgia geral e otorrinolaringologia, questionando a existência de planos de recuperação. Solicitou também informações sobre o ponto de situação dos projetos de investimento no âmbito do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência), vitais para a modernização

ATA Nº. 06/2025–2029
Sessão de 30 de Abril de 2026

hospitalar. -----

--- Perguntou se o executivo antevê dificuldades acrescidas para o setor público devido à abertura do novo Hospital da Luz em Santarém. O deputado manifestou receio quanto à possível transferência de profissionais de saúde para o setor privado e as consequências para os cidadãos que dependem exclusivamente do Serviço Nacional de Saúde.-----

--- A senhora **Deputada Beatriz Martins** começou por destacar os momentos de reconhecimento institucional e projetos estruturantes para o futuro do concelho, assinalando a relevância da recente cerimónia de outorga de medalhas municipais, onde foram distinguidas dezanove personalidades e instituições. Deu especial ênfase à atribuição inédita da chave de ouro do município ao Professor Doutor Joaquim Veríssimo Serrão e ao Capitão Salgueiro Maia, figuras cimeiras da história local e nacional. Mencionou ainda a distinção com a medalha de ouro do antigo Presidente da Câmara, Dr. Ricardo Gonçalves, e do ex-Presidente da Assembleia Municipal, Eng.º Joaquim Neto, enaltecendo os seus percursos de dedicação ao serviço público. -----

--- Destacou a apresentação do projeto Universidade Politécnica de Santarém pelo senhor Presidente da Câmara, classificando-o como estratégico e estruturante para o futuro da região. Sublinhou que o projeto reúne um consenso alargado entre os municípios da Lezíria e do Tejo, representando uma oportunidade que exige visão de futuro. -----

--- Salientou o papel crucial da nova universidade na criação de oferta formativa e polos de investigação. Defendeu que este investimento será determinante para permitir que os jovens estudem e permaneçam no concelho de Santarém. -----

--- Concluiu felicitando o executivo municipal pela capacidade de demonstrar ao país que Santarém possui ambição e condições para enfrentar desafios de grande escala. -----

--- A senhora **Deputada Raquel Cordeiro** começou por condenar os recentes episódios de violência contra profissionais de saúde, repudiando as agressões ocorridas no Hospital de Santarém, sublinhando que estes episódios não são casos isolados, mas sim o reflexo de uma realidade preocupante no Serviço Nacional de Saúde. Alertou ainda para a dimensão "silenciosa" das agressões verbais e ameaças diárias que, embora muitas vezes

ATA Nº. 06/2025–2029
Sessão de 30 de Abril de 2026

não reportadas, comprometem gravemente o bem-estar psicológico e a motivação de quem cuida.-----

--- Considerou que é inaceitável que os profissionais de saúde exerçam as suas funções sem condições mínimas de segurança, frisando que a proteção destes trabalhadores é uma condição essencial para garantir cuidados de saúde de qualidade a toda a comunidade. --

--- Apelou ao Executivo Municipal, na pessoa do senhor Presidente da Câmara, para que exerça a sua influência institucional junto do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde da Lezíria no sentido de reforçar os meios de proteção e segurança, sugerindo, concretamente, uma presença de forças de segurança, nomeadamente da Polícia de Segurança Pública (PSP), especialmente em serviços de maior pressão, como é o caso das urgências. -----

--- A senhora **Deputada Cristiana Correia** realçou a valorização de Santarém como um polo central de cultura, tradição e eventos festivos.-----

--- Destacou o papel crescente do concelho enquanto palco de relevo para a cultura e tradição, sublinhando o sucesso de eventos como as Festas da Cidade e a programação "Cortes e Lendas", bem como o apoio institucional à Scálabis Night Race.-----

--- Referiu que estas iniciativas não são casos isolados, mas parte de uma estratégia de afirmação cultural que valoriza a história local, mobiliza a comunidade e dinamiza a economia local, projetando Santarém a nível regional e nacional.-----

--- Manifestou a convicção da bancada do PSD de que Santarém tem condições para se afirmar como um centro de referência onde a tradição e a inovação coexistem, reforçando a identidade coletiva e atraindo novos visitantes. -----

--- Defendeu a importância de continuar a investir numa programação ambiciosa, qualificada e identitária, de modo a consolidar a posição do concelho no roteiro dos grandes destinos culturais do país.-----

--- O senhor **Presidente da Junta Miguel Tomás** começou por se referir à revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) e à preocupante desertificação das freguesias rurais. ----

--- Questionou o senhor Presidente da Câmara sobre se foram dadas respostas individuais

ATA Nº. 06/2025–2029
Sessão de 30 de Abril de 2026

às reclamações e sugestões submetidas pelos munícipes e instituições durante o período de discussão pública ocorrido entre março e maio de dois mil e vinte três. Referiu que a União de Freguesias de Casével e Vaqueiros subcontratou apoio técnico especializado para submeter reclamações em nome da autarquia e dos seus fregueses, por considerar que o plano não acautelava as necessidades da população local. -----

--- Apresentou alguns dados estatísticos dos censos (INE) que demonstram uma tendência decrescente acentuada da população nas últimas décadas. Ilustrou esta realidade com os casos de Casével e Vaqueiros, que registaram perdas populacionais superiores a dez por cento por década, estendendo a análise a outras dezassete freguesias do concelho (como Moçarria, Pernes e Alcanede) que também perderam habitantes, em contraste com o ligeiro crescimento verificado apenas na cidade de Santarém. -----

--- Reconheceu a existência de uma visão estratégica para a cidade, materializada em projetos como o "Natura Tejo", o plano "Centro Vivo dois mil e vinte cinco-dois mil e trinta e cinco" e o forte investimento em equipamentos desportivos, que ultrapassa os quinze milhões de euros. No entanto, questionou se existe uma estratégia equivalente, com medidas e ações concretas, para reverter ou mitigar a desertificação das dezassete freguesias rurais do concelho. -----

--- Concluiu solicitando ao executivo municipal que clarifique qual o projeto e a visão para garantir a sustentabilidade das freguesias rurais, evitando que estas continuem a perder capital humano para os centros urbanos. -----

--- O senhor **Presidente da Junta Nuno Carriço** interveio para solicitar apoio e informações sobre três eixos rodoviários críticos na sua freguesia, nomeadamente, a Ponte da Panela, solicitando que seja dada prioridade máxima à intervenção nesta ponte, descrevendo-a como uma ligação principal utilizada diariamente por centenas de pessoas e empresas. Ressalvou que este é um problema que persiste há mais de duas décadas e que carece de uma resolução urgente para as populações de São Vicente do Paul e Vale de Figueira. -----

--- Destacou a importância estratégica Estrada Casais do Louco – Vale de Figueira, que se

ATA Nº. 06/2025–2029
Sessão de 30 de Abril de 2026

revelou fundamental para evitar o isolamento de Vale de Figueira durante as recentes cheias. Referiu que, embora tenha havido uma intervenção de carácter urgente, as empresas envolvidas enfrentam dificuldades financeiras, apelando a que o executivo municipal garanta as condições necessárias para a conclusão definitiva das obras. -----

--- Alertou para o estado de degradação da Estrada Nacional trezentos e sessenta e cinco-quatro (Sobral – Mato Miranda), que não recebe manutenção ou intervenção estrutural há várias décadas. Informou que a Junta de Freguesia tem tentado minimizar os danos através do tapamento de buracos, mas que a situação se agravou com o mau tempo e o aumento do tráfego, tornando-se insustentável a manutenção dos cerca de seis quilómetros de extensão sem um apoio mais robusto. -----

--- O senhor **Presidente da Câmara** iniciou a sua intervenção saudando a mesa, os vereadores, os deputados e o público presente, reafirmando o compromisso do executivo com a qualidade de vida da população e com o equilíbrio da gestão financeira municipal.

--- Relativamente às relações com as freguesias, destacou o trabalho conjunto com os dezanove Presidentes de Junta, informando que os pagamentos relativos a vias alternativas e medidas de apoio decorrentes da situação de calamidade (intempéries) serão liquidados nos próximos dias, após o adiantamento de verbas pelo Governo. -----

--- No domínio das infraestruturas, sublinhou a estratégia de articulação com a Infraestruturas de Portugal (IP) para a intervenção na Ponte da Panela. Adiantou que o objetivo é aproveitar a mobilização de recursos das empresas responsáveis pelas novas passagens de nível superior (investimento global de cinquenta milhões de euros) para otimizar custos, prevendo-se uma redução do investimento necessário na ponte para valores entre os quatrocentos e quinhentos mil euros. -----

--- Confirmou ainda o progresso nas obras da Estrada Nacional trezentos e sessenta e dois (dois milhões e seiscentos mil euros) e da variante de Alcanhões, bem como a futura delegação de competências para a requalificação da Estrada Nacional trezentos e sessenta e cinco. -----

--- Anunciou também o lançamento de um novo contrato de manutenção de estradas ainda

ATA Nº. 06/2025–2029
Sessão de 30 de Abril de 2026

este semestre. -----

--- Sobre o ordenamento do território, clarificou que o município se encontra num processo de alteração ao PDM. Esta medida visa criar novas áreas para habitação e acolhimento industrial, ajustando o plano à visão estratégica do atual executivo para atrair investimento privado, como o projeto da "Cenouras Baby" — um investimento de quase cem milhões de euros com previsão de criar trezentos postos de trabalho a partir de dois mil e vinte seis. -----

--- Refutando dados de censos anteriores, salientou que Santarém cresce atualmente a um ritmo de um virgula sete por cento ao ano, prevendo-se mil e seiscentos novos residentes em dois mil e vinte cinco. -----

--- Apresentou o programa de ação "Centro Vivo", que define uma estratégia de revitalização entre a Escola Prática de Cavalaria e o Rio Tejo.-----

--- O plano contempla dezoito milhões de euros de investimento público nacional e a previsão de cinquenta e oito milhões de euros de investimento privado, incluindo duas unidades hoteleiras. -----

--- Destacou projetos em curso como a residência de estudantes, a requalificação das muralhas e a criação do Parque Natura Tejo (oito virgula dois milhões de euros, via Portugal dois mil trinta). -----

--- No âmbito do Ensino Superior e Inovação, reiterou a mobilização dos onze municípios da Lezíria do Tejo para a criação da Universidade Politécnica do Ribatejo e do Campus Tejo, projeto este inspirado em boas práticas europeias (ex. Málaga) para a criação de polos tecnológicos. -----

--- Em matéria de Coesão e Bem-estar, mencionou o investimento de quinze milhões de euros no desporto, abrangendo pavilhões e campos em diversas freguesias rurais (Pernes, Casével, Alcanhões), e o reforço do apoio ao Vitória Clube para reparação de danos causados pelas chuvas. -----

--- Reafirmou igualmente o apoio à festa brava e às tradições locais como pilares da identidade e promoção turística do concelho. -----

ATA Nº. 06/2025–2029
Sessão de 30 de Abril de 2026

--- Por fim, abordou questões de Saúde e Segurança, informando que a ULS aprovou o plano de resposta sazonal e que existe a intenção de expandir as instalações hospitalares.

O município manifestou disponibilidade para facultar alojamento a médicos internos. ---

--- No campo da segurança, revelou estar em curso um estudo de viabilidade para a criação da Polícia Municipal, condicionado à existência de pacotes financeiros governamentais.

--- Concluiu, reforçando a importância da fiscalização pela Assembleia e lamentando o impedimento de uma moção estratégica sobre o Centro Interpretativo do Vinte Cinco de Abril.-----

--- O senhor **Presidente da Assembleia** assinalou o desafio de gerir quinze intervenções num período de sessenta minutos, notando que a elevada densidade de pontos apresentada pelos deputados resulta numa média de apenas quinze segundos para o executivo responder a cada questão, apelando aos Grupos Parlamentares para uma gestão mais rigorosa do número de intervenções neste Período, visando permitir que as questões colocadas possam ser respondidas de forma satisfatória pelo Senhor Presidente da Câmara, dando de seguida a palavra à senhora **Deputada Nádia Pereira** que criticou a gestão do tempo das intervenções do senhor Presidente da Câmara, defendendo que este deveria responder objetivamente às questões colocadas pelos deputados municipais, em vez de utilizar o tempo para ataques políticos ou para promover posições próprias. -----

--- Referiu que a sua intervenção teve apenas como objetivo reafirmar o consenso relativamente às más condições da sede do Vitória, questionando quais as diligências já efetuadas, os montantes gastos e o estado da empreitada. Indicou que apenas lhe foi referido um apoio inicial de vinte mil euros, seguido de justificações relacionadas com intempéries. -----

--- Estabeleceu, ainda, uma comparação entre os cerca de setecentos mil euros atribuídos ao clube para reparação da sede e os mais de setenta mil euros gastos pelo município na compra de bilhetes para corridas de touros, esclarecendo que a questão não se prende com preferências ideológicas ou culturais, mas sim com a necessidade de avaliar o retorno económico efetivo desse investimento público. -----

ATA Nº. 06/2025–2029
Sessão de 30 de Abril de 2026

--- Questionou ainda se o município realizou algum estudo sobre o impacto económico da aquisição de bilhetes para oferta à população e defendeu que o executivo deve governar para todos os munícipes, incluindo aqueles que não votaram na atual maioria.-----

--- A senhora **Deputada Rita Correia** esclareceu que a recusa em votar favoravelmente a admissão da moção relativa à criação de um Centro Interpretativo do Vinte Cinco de Abril se deveu exclusivamente ao facto de o documento ter sido disponibilizada aos deputados municipais cerca de sete horas antes do início desta sessão, sendo que apenas tomou conhecimento do seu conteúdo no início dos trabalhos.-----

--- Lamentou que os deputados municipais sejam chamados a apreciar e votar documentos sem o devido tempo para análise, salientando que tal procedimento não respeita o regulamento em vigor, lembrando que sendo deputada única da CDU, na Assembleia Municipal, necessita de tempo para analisar os documentos.-----

--- Acrescentou que outra moção apresentada também fora de prazo foi igualmente recusada pelos mesmos motivos, reiterando que não tomaria posição sobre qualquer documento entregue sem antecedência adequada, independentemente do tema em causa.

--- O senhor **Deputado Luís Martins** aludiu no seguimento das questões levantadas sobre a gestão financeira, que foi formalizado um pedido de esclarecimento dirigido ao executivo, sublinhando que a sua intervenção se centrou em quatro pontos essenciais: ---

--- Identificação de Causas: As razões concretas que estiveram na origem das falhas e inconsistências detetadas na programação dos projetos.-----

--- Medidas Corretivas: Quais as medidas específicas que serão adotadas para corrigir as irregularidades apontadas, visando assegurar a conformidade da informação financeira. -

--- Calendário de Regularização: Foi solicitado um calendário efetivo para a regularização da situação, sublinhando-se a importância de que este processo ocorra ainda no decorrer do presente exercício económico.-----

--- Disponibilização de Dados: Disponibilidade para facultar o elenco detalhado dos projetos referidos, de modo a permitir uma análise técnica aprofundada e fundamentar a revisão necessária. -----

ATA Nº. 06/2025–2029
Sessão de 30 de Abril de 2026

--- O senhor **Presidente da Junta Miguel Tomás** retomou a palavra para colocar algumas questões sobre o planeamento urbanístico e o desenvolvimento económico da sua freguesia, questionando a ausência de respostas individuais às centenas de reclamações apresentadas no período de consulta pública do PDM desde dois mil e vinte três, referindo que só a sua Junta submeteu mais de quarenta participações. Presumiu, face à resposta anterior do executivo, que o município pretende acomodar todas estas pretensões na nova alteração do plano. -----

--- Saudou o anúncio de um novo projeto industrial "projeto de cenouras baby" com previsão de início de obra no último trimestre de dois mil e vinte seis e a criação de trezentos postos de trabalho, propondo o alargamento da zona de desenvolvimento económico para a faixa de terreno situada entre a Estrada Nacional três e a Autoestrada um, sublinhando o seu elevado potencial logístico para a fixação de empresas. -----

--- Relembrou um projeto de núcleo habitacional com base no princípio de habitação a custos controlados Habitação a Custos Controlados (Terreno das Ambócias), pendente desde dois mil e oito, apelando que este projeto de cariz social seja finalmente retirado “da gaveta” e implementado. -----

--- Assimetrias Urbanísticas e Concelhos Limítrofes: Denunciou situações de desigualdade no licenciamento e construção em zonas de fronteira: -----

--- Referiu relativamente à Euroed que esta empresa familiar possui armazéns em terrenos de Alcanena onde a construção é permitida, mas encontra-se impedida de expandir na porção de terreno pertencente ao concelho de Santarém por falta de classificação urbanística adequada. -----

--- Apontou uma incongruência numa estrada de dois quilómetros (Casais Novos) onde o município de Torres Novas reconhece o aglomerado urbano e permite a construção de um lado da via, enquanto o PDM de Santarém proíbe a construção do lado oposto. -----

--- Concluiu apelando à dinâmica do executivo para resolver estes problemas estruturais, reforçando que a criação de emprego e as condições de habitabilidade são os principais fatores para travar a perda de população registada nos últimos censos. -----

ATA Nº. 06/2025–2029
Sessão de 30 de Abril de 2026

--- Retomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara** que respondeu a mais algumas questões levantadas, admitindo relativamente às questões sobre as Grandes Opções do Plano, a possível existência de algumas “gralhas” técnicas pontuais (como no apoio aos dadores de sangue), mas assegurou que estas não têm impacto orçamental. Refutou as críticas à fiabilidade dos documentos, sublinhando que as contas são rigorosamente monitorizadas e validadas por entidades externas, nomeadamente o Tribunal de Contas e a Inspeção-Geral de Finanças (IGF). -----

--- Esclareceu que o apoio ao Vitória Clube de Santarém, estimado em cerca de cinquenta mil euros, se destina à reparação de danos causados pelas intempéries e seguirá uma monitorização técnica rigorosa. Destacou que, em dois mil e vinte seis, o investimento direto no associativismo desportivo ascende a seiscentos e noventa mil euros. -----

--- Defendeu o apoio à festa brava, argumentando que eventos que atraem doze mil pessoas geram um "efeito multiplicador" vital para o comércio, restauração e hotelaria da cidade, constituindo um dado objetivo de dinamização económica. -----

--- No que concerne à Revisão do PDM e Reclamações, clarificou que as cerca de setecentas reclamações submetidas no âmbito do PDM não podem ser todas acomodadas, uma vez que o planeamento urbano depende de pareceres vinculativos de mais de vinte entidades externas. Explicou que as pretensões foram divididas em três patamares de análise, prometendo um esforço de reivindicação junto das entidades superiores para as propostas tecnicamente viáveis. -----

--- Lamentou o facto de a moção relativa ao Centro Interpretativo do Vinte Cinco de Abril não ter sido acolhida de modo a ser discutida nesta sessão, justificando a sua apresentação tardia com um "timing estratégico" após declarações do Presidente da Câmara de Lisboa, criticando a postura de bloqueio por questões regimentais, considerando que se perdeu uma oportunidade de mostrar união política em torno de uma ambição coletiva para Santarém. -----

--- Esgotadas as intervenções, foi dado por concluído o Período de “Antes da Ordem do Dia”, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberto o primeiro **Período de**

ATA Nº. 06/2025–2029
Sessão de 30 de Abril de 2026

Intervenção do Público, o qual não se concretizou por ausência de oradores.-----

--- Seguidamente, o senhor **Presidente da Assembleia** deu início ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** com o **PONTO UM – APRECIACÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO E DA SUA SITUAÇÃO FINANCEIRA, DESDE A ÚLTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA.** -----

--- O senhor **Deputado Jorge Rodrigues** tomou a palavra para deixar uma nota relativa à Vila de Alcanede, que inaugurou, no passado dia vinte e dois de março, o novo Museu de Arqueologia, instalado na Igreja Matriz. Este momento assinala um passo significativo na valorização do património histórico e cultural da região. -----

--- Aludiu que o museu reúne um conjunto relevante de achados arqueológicos, muitos dos quais foram identificados durante as recentes obras de conservação realizadas com acompanhamento especializado. O espólio agora exposto abrange um amplo período cronológico, desde a Pré-História até ao século XIX, com especial incidência nas épocas medieval e moderna, salientando que existem, assim, mais do que motivos suficientes para justificar uma visita a este espaço, pelo que, desde já, dirigiu o convite a todos os presentes para o visitarem.-----

--- O senhor **Deputado José Magalhães** começou por manifestar a expectativa de que o novo espaço possa, de facto, revelar-se funcional, salientando que, do ponto de vista estético, é, sem dúvida, um espaço de grande qualidade. -----

--- Deixou uma nota de solidariedade para com todos os profissionais de saúde, na sequência do incidente relatado pela senhora Deputada Raquel Cordeiro. Referiu que é necessário haver uma consciencialização coletiva para a necessidade de um verdadeiro salto civilizacional, condenando de forma veemente este e qualquer outro ato de violência ou tentativa da sua prática. Acrescentou que as suas palavras refletiam, acreditava, o sentimento de toda a Assembleia, sublinhando que não se pode pactuar, menosprezar ou desvalorizar situações desta natureza. Lamentou ainda que episódios semelhantes tenham ocorrido de Norte a Sul do país e assinalou que, desta vez, a situação ocorreu localmente.

ATA Nº. 06/2025–2029
Sessão de 30 de Abril de 2026

--- Prosseguiu, dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara, referiu que desconhecia se, na sequência da sua última intervenção sobre a questão dos cartazes, teria sido desenvolvida alguma ação concreta, mas constatou que a rotunda em causa se encontrava agora mais desimpedida, embora permanecessem ainda dois ou três cartazes que teimavam em manter-se no local. Assinalou que continuavam visíveis cartazes relacionados com eleições presidenciais, incluindo referências a candidatos e datas já ultrapassadas, cuja permanência deixava de fazer sentido. -----

--- Questionou ainda a existência de regulamento municipal sobre esta matéria, considerando que, caso não exista, deveria ser ponderada a sua criação, à semelhança do que acontece noutros municípios, onde existem regras específicas para a afixação e remoção de cartazes após determinado período de tolerância. -----

--- Abordou depois a questão da cafetaria do Miradouro de São Bento, referindo ter tido conhecimento de desenvolvimentos relativos ao processo de concessão daquele espaço, embora desconhecesse os respetivos procedimentos ou condições. Informou que esteve no local e falou com professores e alunos, verificando que decorria uma atividade escolar integrada na utilização daquele espaço como extensão do parque desportivo e recreativo. Referiu ter assistido a atividades desportivas envolvendo dezenas de estudantes e professores, situação que considerou muito positiva. -----

--- Acrescentou que, ao solicitar a opinião dos utilizadores sobre o futuro daquele espaço, foram levantadas preocupações relacionadas com a eventual atividade da futura concessão. Entre os aspetos mencionados destacaram-se questões relacionadas com o horário de funcionamento, a proximidade ao estabelecimento de ensino e o eventual impacto nos hábitos dos estudantes após o período escolar. -----

--- Chamou igualmente a atenção para o facto de o espaço se encontrar relativamente resguardado da vista pública, considerando que essa circunstância exige cuidados acrescidos ao nível da segurança e da utilização futura. Referiu que foi inclusivamente sugerida a instalação de sistemas de videovigilância, caso o espaço venha a retomar atividade ligada à restauração. -----

ATA Nº. 06/2025–2029
Sessão de 30 de Abril de 2026

--- Aproveitou ainda para sugerir a possibilidade de se ponderar a implementação de horários de encerramento para o espaço, à semelhança do que acontece noutros jardins públicos, evitando assim potenciais utilizações indevidas ou situações futuras de insegurança.-----

--- Referiu ainda a questão da instalação da denominada “laje de conforto” ou laje de passeios confortáveis, nas ruas do centro histórico, medida que, segundo afirmou, tem sido frequentemente mencionada em programas eleitorais, mas cuja concretização continua sem avanços visíveis, salientando a importância desta intervenção para melhorar as condições de mobilidade, particularmente para carrinhos e pessoas com mobilidade reduzida.-----

--- Por fim, solicitou esclarecimentos relativamente à ruína existente junto à Quinta das Cegonhas, na entrada de Santarém para quem vem de Vale de Santarém, correspondente às antigas instalações da Ribacal, reconhecendo tratar-se de propriedade privada, considerou, no entanto, que deveria existir preocupação quanto à proteção daquele espaço, prevenindo a eventual ocorrência de atividades ilícitas ou situações de insegurança. -----

--- O senhor **Deputado Pedro Melo** colocou uma questão relacionada com um dos pelouros do senhor Presidente da Câmara e com a informação apresentada, nomeadamente no que respeita à redução da dívida do Município, a qual se encontra atualmente abaixo dos trinta milhões de euros, depois de ter atingido anteriormente valores na ordem dos cem milhões de euros.-----

--- Considerou tratar-se de uma recuperação muito significativa, motivo pelo qual entende que todos devem sentir satisfação pelos resultados alcançados. Referiu, contudo, que existem atualmente muitos investimentos em curso e outros previstos para o futuro, igualmente de grande relevância. Acrescentou ainda que a receita proveniente de impostos tem vindo a diminuir, circunstância que também merece destaque. -----

--- Neste contexto, solicitou ao senhor Presidente que desenvolvesse uma explicação sobre a forma como estes resultados têm sido alcançados, de modo a clarificar a realidade subjacente aos números apresentados. Mais concretamente, questionou como tem sido

ATA Nº. 06/2025–2029
Sessão de 30 de Abril de 2026

possível reduzir a dívida municipal, diminuir simultaneamente a receita fiscal e, ainda assim, manter um nível significativo de investimento. Considerou tratar-se de uma explicação importante para uma melhor compreensão da situação financeira do Município.

--- Por fim, pediu igualmente a confirmação da informação constante do relatório relativamente ao prazo médio de pagamento a fornecedores, questionando se este se situa efetivamente nos vinte e um dias. Referiu que, caso tal se confirme, o Município poderá estar entre aqueles que apresentam prazos de pagamento mais reduzidos, o que considerou um resultado extraordinário.-----

--- A senhora **Deputada Rita Correia** começou por referir que o senhor Presidente da Câmara não respondeu à questão anteriormente colocada relativamente à circulação automóvel na estação ferroviária, considerando tratar-se certamente de um lapso. Solicitou, por isso, esclarecimentos sobre as medidas previstas para resolver o problema que classificou como muito grave.-----

--- Prosseguiu a sua intervenção, abordou a obra em curso na zona de Vale de Estacas, a qual foi divulgada nas redes sociais pelo senhor Presidente da Câmara no final do ano anterior, através de publicações promocionais relativas ao empreendimento denominado “Solar das Oliveiras”.-----

--- Teceu algumas consideração em relação à brochura comercial do empreendimento, onde este é descrito como um projeto moderno e distinto, composto por trinta e seis frações tipologias T1, T2 e T3, situado, segundo a própria descrição, “no ponto mais elevado da cidade de Santarém”, oferecendo uma vista privilegiada sobre o Vale do Tejo, piscina infinita, ginásio e uma experiência de vida em harmonia com a paisagem envolvente.----

--- Contestou esta caracterização, afirmando que o local em causa está longe de corresponder ao ponto mais elevado da cidade e recordou que naquela zona existiam anteriormente diversos pinheiros mansos e dezenas de oliveiras com mais de sessenta anos, os quais, segundo referiu, constituíam um importante espaço verde urbano e serviam de abrigo a diversas espécies animais, incluindo aves, insetos e animais em pastoreio. ---

--- Manifestou a sua preocupação pelo facto de, segundo afirmou, um espaço que

ATA Nº. 06/2025–2029
Sessão de 30 de Abril de 2026

considerou um verdadeiro pulmão verde da cidade ter sido profundamente alterado para dar lugar ao empreendimento. Referiu ainda que, de acordo com os materiais promocionais divulgados, o projeto contempla edifícios de quatro pisos acima do solo e que as habitações se encontram em pré-venda a partir de valores na ordem dos trezentos mil euros. -----

--- Acrescentou que, no seu entendimento, nada foi comunicado à população escalabitana relativamente ao projeto, nem aos residentes da zona envolvente, composta, segundo afirmou, maioritariamente por pessoas idosas e com dificuldades de mobilidade. Indicou ainda que a obra permaneceu durante mais de um mês sem qualquer informação visível no local, nomeadamente edital ou identificação dos responsáveis. -----

--- Referiu também que os trabalhos em curso têm provocado impactos significativos na qualidade de vida dos moradores, nomeadamente devido ao ruído e poeiras constantes, situação que, segundo afirmou, terá agravado problemas respiratórios em alguns residentes. -----

--- O senhor **Presidente da Assembleia** alertou a senhora deputada Rita Correia para o facto de se estar a apreciar a Informação Escrita do Presidente da Câmara. -----

--- A senhor Deputada, prosseguiu, manifestando as suas preocupações relacionadas com a estabilidade de várias habitações localizadas junto à obra, considerando que a remoção das árvores existentes poderá ter comprometido a sustentação natural do terreno, sendo que esta situação afeta particularmente as habitações existentes na Rua Joaquim Caetano Frazão, edificadas há várias décadas. -----

--- Assinalou ainda que aquela via dispõe apenas de um acesso, já de si estreito, encontrando-se atualmente condicionada pela obra e transformada, na prática, num estaleiro a céu aberto. Acrescentou que a estrada se encontra já em estado degradado, apesar de a intervenção ter tido início recentemente. -----

--- Concluiu referindo que a mesma via sofreu um abatimento há cerca de dois anos, permanecendo desde então por reparar, com barreiras de cimento a ocupar parte da via pública e a dificultar os acessos, incluindo a circulação de ambulâncias para um lar da terceira idade existente nas proximidades. -----

ATA Nº. 06/2025–2029
Sessão de 30 de Abril de 2026

--- A senhora **Deputada Paula Cruz** referiu que, no âmbito das comemorações do Dia Mundial da Saúde, teve lugar em Santarém uma conferência subordinada ao tema “A Saúde Mental como Responsabilidade Coletiva”, organizada conjuntamente pelo Município, pela FARPA – Associação de Familiares e Amigos do Doente Psicótico – e pela Associação Inserir – Oficinas para Todos e para Cada Um.-----

--- Considerou importante sublinhar a relevância desta iniciativa no quadro das prioridades estratégicas das políticas públicas locais, destacando que a saúde mental se afirma, atualmente, como um eixo estruturante para a coesão social, para o desenvolvimento sustentável e para a qualidade de vida das populações, num contexto marcado por profundas transformações sociais, económicas e culturais. -----

--- Referiu que a promoção da saúde mental exige uma abordagem transversal, assente em respostas integradas, proximidade institucional e num verdadeiro compromisso coletivo entre entidades públicas, privadas e o tecido associativo. -----

--- Acrescentou que o debate promovido reforçou a centralidade desta temática na agenda política contemporânea, evidenciando a necessidade de consolidar políticas públicas orientadas para a prevenção, a inclusão e o combate ao estigma ainda associado à doença mental. -----

--- Foi igualmente destacada a necessidade de uma atenção particular às gerações mais jovens, tendo em conta os desafios acrescidos que enfrentam atualmente. Salientou, nesse sentido, a importância de desenvolver respostas mais próximas, articuladas e humanizadas, capazes de responder de forma efetiva às necessidades identificadas. -----

--- Considerou ainda que este momento de reflexão e partilha deverá constituir um ponto de partida para o reforço de uma visão estratégica para a saúde mental no concelho, assente na articulação entre entidades, na valorização das redes de apoio e na promoção de comunidades mais inclusivas, resilientes e capacitadas. -----

--- Concluiu deixando um desafio ao Executivo Municipal para que prossiga e aprofunde políticas públicas que coloquem a saúde mental no centro da ação governativa local, reconhecendo-a como uma condição essencial para o bem-estar coletivo e para o futuro

ATA Nº. 06/2025–2029
Sessão de 30 de Abril de 2026

do território.-----

--- A senhora **Deputada Raquel Cordeiro** começou por manifestar o seu profundo lamento pela rejeição de uma proposta que, salientou, não era apenas do Partido Socialista, mas sim do concelho de Santarém. Explicou que a proposta incidia sobre o reforço das Equipas de Intervenção Permanente dos corpos de bombeiros de Alcanede, Pernes e Santarém.-----

--- Referiu que estava em causa o reforço da operacionalidade, da capacidade de resposta e da segurança das populações, sublinhando igualmente a dimensão financeira da medida. Indicou que cada equipa representaria um investimento na ordem dos quarenta mil euros para a Câmara Municipal, sendo a restante comparticipação assegurada pela Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil. Considerou, por isso, tratar-se de um esforço relativamente reduzido face ao impacto significativo que teria no reforço do socorro no território. -----

--- Acrescentou que o Município optou por emitir declaração de apoio apenas a uma associação, concretamente à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Santarém, decisão que saudou, mas que não a impediu de lamentar a opção tomada. Considerou que, caso as candidaturas viessem a ser aprovadas, quem acabaria por sair prejudicado seria o próprio concelho e as suas populações, pela perda da possibilidade de contar com quinze bombeiros a tempo inteiro, disponíveis trezentos e sessenta e cinco dias por ano. -----

--- Manifestou ainda a expectativa de que, aquando da próxima abertura de candidaturas para novas Equipas de Intervenção Permanente, e de acordo com informações transmitidas em órgãos sociais, possibilidade que poderá ocorrer ainda durante o corrente ano, o Executivo Municipal reveja a sua posição.-----

--- Defendeu que, independentemente da aprovação da candidatura apresentada pela Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Santarém, o Município deverá disponibilizar apoio às candidaturas necessárias para que as três associações humanitárias de bombeiros voluntários do concelho possam apresentar candidatura, permitindo alcançar

ATA Nº. 06/2025–2029
Sessão de 30 de Abril de 2026

o objetivo de dispor de quatro Equipas de Intervenção Permanente. -----

--- Sublinhou que não se tratava de uma questão teórica, mas sim da possibilidade de criação de equipas compostas por cinco profissionais dedicados, permanentemente disponíveis para a proteção de pessoas, bens e vidas humanas. -----

--- Concluiu afirmando que, entre aproveitar oportunidades ou deixá-las passar, entre reforçar a segurança ou adiar decisões, a escolha tomada foi clara. Referiu respeitar as decisões assumidas, mas frisou que teria adotado uma posição diferente, por considerar que investir na proteção civil não constitui um custo, mas sim uma prioridade. Acrescentou ainda que prevenir é sempre mais responsável do que remediar e que a segurança das pessoas não deve ficar à espera. -----

--- A senhora **Deputada Beatriz Martins** começou por assinalar a recente atribuição da Medalha de Mérito Social, grau Ouro, ao senhor Presidente da Câmara Municipal de Santarém, no âmbito da gala promovida pela Associação Nacional de Deontologia Social.

--- Referiu que esta distinção foi, de forma simbólica, dedicada a todos aqueles que estiveram na linha da frente durante a crise provocada pela tempestade “Kristin” e pelas situações que se lhe seguiram. Considerou tratar-se de um reconhecimento justo do esforço coletivo desenvolvido pelos serviços municipais, pela proteção civil, pelas forças de segurança, pelos bombeiros e por todas as entidades envolvidas, que asseguraram uma resposta rápida e eficaz num momento particularmente exigente para o concelho. -----

--- Acrescentou, no entanto, que importa igualmente olhar para a fase subsequente à emergência. Nesse sentido, dirigiu uma questão ao Senhor Presidente da Câmara e ao Executivo Municipal relativamente ao ponto de situação dos pagamentos dos apoios associados aos danos causados pelas intempéries, quer no que respeita aos particulares afetados, quer relativamente às intervenções realizadas pelo próprio Município, nomeadamente no âmbito dos financiamentos provenientes da Administração Central. --

--- Justificou a sua preocupação salientando ser essencial garantir que, para além da resposta imediata às situações de emergência, exista também celeridade e previsibilidade nos mecanismos de compensação dos prejuízos sofridos, evitando que as dificuldades

ATA Nº. 06/2025–2029
Sessão de 30 de Abril de 2026

sentidas pelas populações e pelas instituições locais se prolonguem no tempo. -----

--- A senhora **Deputada Cristiana Correia** referiu que a sua intervenção incidia sobre a temática das novas gerações, começando por recordar à Assembleia que, por iniciativa da sua bancada e na sequência de uma proposta apresentada pela Juventude Social-Democrata, foi apresentada uma moção que deu início ao processo de criação do Polo da Juventude. -----

--- Considerou que este projeto constitui um sinal positivo de investimento, criando condições para uma maior participação, dinamização social e fixação de jovens no concelho. Nesse sentido, solicitou esclarecimentos relativamente ao ponto de situação do referido projeto. -----

--- Acrescentou que a intervenção artística realizada no Jardim da República, através do mural “Ode a Santarém”, demonstra igualmente uma aposta clara na valorização do espaço público. Referiu que um muro anteriormente descaracterizado se transformou numa expressão cultural contemporânea ligada à vivência e identidade escalabitana, nomeadamente no plano desportivo. -----

--- Salientou ainda a importância dos apoios atribuídos às associações do concelho, reconhecendo o papel essencial que estas desempenham na promoção da coesão social, na formação dos jovens e no incentivo a estilos de vida saudáveis. -----

--- Por fim, destacou a candidatura das Portas do Sol às Sete Maravilhas, considerando tratar-se de uma iniciativa de particular relevância, não apenas pelo reconhecimento patrimonial que representa, mas também pela projeção que poderá proporcionar a Santarém enquanto destino turístico e cultural de referência. -----

--- Concluiu afirmando que se tratam de iniciativas distintas, mas que revelam uma linha de atuação que importa acompanhar, consolidar e, sempre que necessário, reforçar. -----

--- A senhora **Deputada Tatiana Silvestre** manifestou o seu lamento pela não aprovação da proposta apresentada pelos Vereadores do Partido Socialista relativa à implementação do Modelo Municipal de Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) e da Componente de Apoio à Família (CAF), considerando que se tratou de uma oportunidade

ATA Nº. 06/2025–2029
Sessão de 30 de Abril de 2026

perdida. -----

--- Referiu que a proposta partia de uma realidade simples, mas incontornável: as famílias enfrentam diariamente o desafio de conciliar a vida profissional com as responsabilidades familiares, sendo essa realidade particularmente exigente para quem tem crianças em idade pré-escolar e no primeiro ciclo do ensino básico. Defendeu que esta realidade não pode ser ignorada e que existe o dever de lhe dar resposta.-----

--- Acrescentou que persistem atualmente no concelho desigualdades evidentes no acesso a atividades de apoio extracurricular, existindo freguesias com respostas organizadas e consistentes e outras onde essas respostas são reduzidas ou inexistentes. Considerou que esta situação se traduz em desigualdades de oportunidades entre crianças, em função do local onde residem, circunstância que, no seu entendimento, deve preocupar a Assembleia.

--- Sublinhou que a proposta se afirmava precisamente como uma medida estruturante, permitindo a criação de uma resposta municipal universal, contínua e de qualidade para todas as crianças do concelho. Referiu que tal garantiria horários alargados durante o período letivo, apoio durante as interrupções escolares e, sobretudo, maior previsibilidade para as famílias. -----

--- Esclareceu ainda que a proposta não visava a prestação de um serviço indiscriminado, mas antes a criação de uma resposta ajustada às necessidades reais das famílias, de caráter facultativo e sujeita a critérios de acesso orientados para quem mais necessita. -----

--- Considerou que, com a não aprovação da proposta, muitas famílias continuarão a recorrer a soluções alternativas, frequentemente mais dispendiosas. -----

--- Assinalou igualmente que a proposta não pretendia responder apenas a necessidades de natureza logística, mas também assegurar qualidade pedagógica, através da integração de técnicos municipais, promovendo estabilidade, valorização profissional e continuidade no acompanhamento das crianças. -----

--- Destacou ainda que o modelo proposto assentava numa lógica participativa, envolvendo comunidades educativas, juntas de freguesia e associações de pais, por considerar que apenas através do diálogo e da proximidade é possível construir soluções

ATA Nº. 06/2025–2029
Sessão de 30 de Abril de 2026

adequadas à realidade de cada território. -----

--- Concluiu recordando que, conforme referido na proposta, investir na educação e no apoio às famílias não deve ser encarado como um custo, mas sim como um investimento no futuro do concelho, na coesão social, na fixação da população e na melhoria da qualidade de vida, sobretudo num contexto de alterações legislativas laborais que apontam para maior flexibilidade e eventual aumento das cargas horárias de trabalho. -----

--- A senhora **Deputada Rita Correia** retomou a palavra para referiu que o senhor Presidente da Câmara faz menção, na sua informação, à realização de reuniões com diversos investidores, acrescentando desconhecer se entre esses investidores se encontrava o responsável pelo assunto abordado na sua anterior intervenção. -----

--- Manifestou ainda o seu desagrado pelo facto de ter sido interrompida pelo senhor Presidente da Assembleia, na sua anterior intervenção, quando procurava interpelar o senhor Presidente da Câmara sobre uma matéria que, alegadamente, não estaria enquadrada neste Ponto, salientando que no Período de Antes da Ordem do Dia (PAOD) tinha abordado questões relacionadas com o parque tecnológico, considerando que poderia ter gerido de forma diferente os temas abordados, até porque, segundo referiu, não havia esgotado o tempo disponível. -----

--- Prosseguiu, referindo que, embora desconhecesse a identidade dos investidores mencionados, entendia existir uma situação que classificou como grave do ponto de vista ambiental, considerando tratar-se de um problema que, no seu entendimento, foi anunciado publicamente pelo senhor Presidente da Câmara como um dos grandes investimentos para Santarém. -----

--- Acrescentou que o senhor Presidente da Câmara havia referido ter estado em Málaga para conhecer boas práticas e aprender com exemplos de referência, considerando, contudo, que os ensinamentos retirados não se refletiram nas opções tomadas, salientando que Santarém é uma cidade que enfrenta temperaturas particularmente elevadas durante o período de verão, aproveitando para manifestar a sua preocupação com o abate de árvores que, segundo afirmou, tem ocorrido em vários pontos da cidade. -----

ATA Nº. 06/2025–2029
Sessão de 30 de Abril de 2026

--- Recordou intervenções anteriores em locais como o Jardim da Liberdade e as Portas do Sol, considerando que não foram retiradas as devidas lições dessas experiências. Acrescentou ainda a sua preocupação relativamente à remoção de árvores em áreas que sustentam encostas junto a habitações, alertando para potenciais riscos futuros relacionados com a estabilidade dos terrenos e com o impacto das condições meteorológicas adversas.-----

--- Concluiu questionando, perante eventuais consequências futuras, como fenómenos associados a fortes chuvas ou instabilidade dos terrenos, se a responsabilidade acabaria por ser atribuída exclusivamente às alterações climáticas ou às intempéries. -----

--- O senhor **Presidente da Assembleia** referiu compreender perfeitamente a preocupação manifestada relativamente ao tema em discussão. Esclareceu, contudo, que aquilo que tinha sugerido era que a matéria em causa deveria ter sido incluída no Período Antes da Ordem do Dia, acrescentando que, de acordo com a ordem de trabalhos, o ponto em apreciação correspondia à análise da informação escrita do Presidente da Câmara, sublinhando que interrupção efetuada decorreu apenas do entendimento de que a matéria em causa não se enquadrava no ponto da ordem de trabalhos em apreciação, reafirmando a sua preferência por uma discussão fluida, mas enquadrada pelas regras de funcionamento. -----

--- O senhor **Deputado Paulo Oliveira** referiu reconhecer a importância que as infraestruturas desportivas assumem para o atual Executivo, salientando que já teve oportunidade de ouvir, em diversas ocasiões, referências à relevância atribuída a esta área. Nesse sentido, colocou questões relativamente ao ponto de situação de alguns projetos concretos, nomeadamente o Ringue Desportivo de Alcanhões, o Ringue Desportivo de Casével e o Campo de Futebol das Abitureiras. -----

--- Referiu que estas infraestruturas assumem particular importância, destacando, no caso de Alcanhões, a possibilidade de criação de uma ligação direta à escola e o aumento do espaço destinado ao recreio. Considerou ainda que todos estes equipamentos representam um claro incentivo à prática desportiva desde tenra idade.-----

ATA Nº. 06/2025–2029
Sessão de 30 de Abril de 2026

--- Concluiu solicitando esclarecimentos sobre o estado de desenvolvimento e execução dos referidos projetos. -----

--- O senhor **Presidente da Câmara** começou por sublinhar a relevância do apoio do Município a uma ambição da Paróquia de Alcanede, considerando que a construção do Museu de Arqueologia constitui um importante testemunho para as gerações presentes e futuras. Referiu tratar-se de um apoio justo e merecido a uma infraestrutura que veio dignificar o processo de requalificação levado a cabo, recordando igualmente a participação financeira do Município na obra de requalificação da Igreja Matriz. Destacou ainda a importância da arqueologia enquanto instrumento fundamental para a compreensão do passado e construção de um melhor futuro, deixando o convite a todos para visitarem o espaço. -----

--- Dirigindo-se ao senhor Deputado José Magalhães, referiu existir total concordância relativamente à questão dos cartazes publicitários. Informou que a intenção do Executivo passa por proibir qualquer tipo de comunicação exterior no eixo compreendido entre a rotunda do Continente/Bernardo Santareno e a rotunda do Santarém Hotel, considerando que a publicidade atualmente existente constitui uma forma de poluição visual numa das principais artérias do concelho. Indicou que os serviços municipais estão a preparar uma proposta para apresentação em futura reunião de Câmara, com o objetivo de libertar a zona central da cidade desse ruído visual. -----

--- Manifestou igualmente concordância relativamente à necessidade de reforço da videovigilância, indicando que a sua implementação será alargada a outros espaços, incluindo estabelecimentos escolares. -----

--- Em resposta ao Senhor Deputado Pedro Melo, afirmou que o equilíbrio financeiro do Município constitui uma marca da atual gestão, defendendo que só é possível concretizar uma estratégia de futuro através de contas equilibradas e de uma gestão rigorosa. Referiu que a estratégia assenta em três objetivos fundamentais: mais investimento, menos impostos e menos dívida. -----

--- Referiu ainda que o prazo médio de pagamento a fornecedores se encontra dentro dos

ATA Nº. 06/2025–2029
Sessão de 30 de Abril de 2026

valores praticados pela maioria dos municípios portugueses, considerando importante preservar a robustez financeira municipal. Destacou igualmente a importância da otimização permanente dos recursos e da capacidade de captação de financiamento, quer através de fundos comunitários, quer por intermédio de parcerias com entidades privadas.

--- Acrescentou que o Município não tem preconceitos relativamente ao investimento privado, considerando-o essencial para o crescimento do concelho. Explicou que é nesse contexto que a informação do Presidente e dos Vereadores inclui diversas reuniões com investidores, referindo existir atualmente forte interesse por Santarém. Informou ainda ter decorrido recentemente uma reunião com vários investidores nacionais interessados em conhecer os projetos previstos para o Centro Histórico e para a Ribeira. -----

--- Relativamente ao empreendimento “Solar das Oliveiras”, esclareceu tratar-se de um terreno privado, cujo proprietário apresentou um processo de licenciamento ao abrigo dos instrumentos legais em vigor, nomeadamente do Plano Diretor Municipal, acrescentando que o projeto obteve parecer favorável das entidades competentes, incluindo o ICNF. ---

--- Sobre a situação da estação ferroviária, reconheceu a existência de problemas relacionados com o aumento do tráfego automóvel, considerando que tal resulta do crescimento significativo da utilização do transporte ferroviário, impulsionado por medidas de incentivo à mobilidade. Indicou que se verificou um aumento expressivo da utilização do serviço Intercidades e que o Município tem vindo a implementar medidas para responder a esta realidade. -----

--- Informou ainda que a Infraestruturas de Portugal prevê iniciar uma obra de construção de uma passagem superior, a qual permitirá criar novas bolsas de estacionamento. Acrescentou que o Município está igualmente a trabalhar, em articulação com a Infraestruturas de Portugal e com o Governo, no desenvolvimento de uma solução intermodal para Santarém. -----

--- Por fim, em resposta à senhora Deputada Beatriz Martins, informou que os apoios às famílias afetadas pelas intempéries estão a avançar de forma célere, considerando tratar-se de uma resposta inédita. Referiu que já foram transferidos cerca de cento e oitenta e

ATA Nº. 06/2025–2029
Sessão de 30 de Abril de 2026

sete mil euros para famílias afetadas, no âmbito de cinquenta e cinco candidaturas aprovadas, tendo sido indeferidos oitenta e quatro pedidos após avaliação técnica. -----

--- Acrescentou que o Município já recebeu cerca de seiscentos e noventa e quatro mil euros através do Fundo de Emergência Municipal e mais um milhão e seiscentos mil euros provenientes da Agência Portuguesa do Ambiente, destinados a intervenções nos diques, totalizando cerca de dois milhões e trezentos mil euros recebidos para fazer face aos danos provocados pelas calamidades.-----

--- O senhor **Vereador Pedro Gouveia**, relativamente ao projeto dos percursos confortáveis, ou percursos acessíveis, informou que os trabalhos estão a ser desenvolvidos em articulação com a equipa projetista externa. -----

--- Explicou que foi necessário definir prioridades quanto à área de intervenção, atendendo ao valor disponível na candidatura. Nesse sentido, referiu ter sido considerado prioritário o eixo compreendido entre o Largo do Seminário e a Igreja do Milagre, abrangendo a Rua Capelo e Ivens e a Rua Miguel Bombarda, por se tratar de um percurso atualmente muito utilizado, quer pela população em geral, quer em contexto turístico, nomeadamente após a deslocação do estacionamento dos autocarros turísticos para a zona do Jardim da República. -----

--- Acrescentou que se encontra agendada uma reunião decisiva com a equipa projetista para a próxima segunda-feira, destinada a definir o método construtivo a adotar, particularmente nas zonas de coexistência entre circulação pedonal e automóvel, por forma a assegurar a resistência e durabilidade dos materiais a aplicar e prevenir problemas futuros.-----

--- Referiu ainda que o projeto contempla diferentes troços, incluindo zonas exclusivamente pedonais e outras de utilização partilhada com veículos. -----

--- Concluiu informando que, após a definição da solução técnica, a mesma será submetida à validação da Direção-Geral do Património Cultural, com vista ao avanço do projeto de execução e ao lançamento da respetiva empreitada ainda durante o presente ano. -----

--- O senhor **Vereador Emanuel Campos**, relativamente à questão suscitada pela senhora

ATA Nº. 06/2025–2029
Sessão de 30 de Abril de 2026

Raquel Cordeiro sobre as Equipas de Intervenção Permanente, esclareceu que a proposta apresentada pelo Partido Socialista já tinha sido antecedida por uma decisão consensualizada entre a Câmara Municipal, a Proteção Civil e as corporações de bombeiros voluntários do concelho, sustentada numa análise técnica, com dados específicos e devidamente fundamentados. Acrescentou que a proposta submetida à Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil já havia sido enviada anteriormente.

--- Sublinhou que o investimento do Município na área da proteção civil não se limita a esta matéria, recordando que, em mandatos anteriores, foram entregues três ambulâncias às corporações de bombeiros voluntários do concelho, tendo sido igualmente reforçadas, de forma anual, as verbas transferidas, renovados equipamentos de proteção individual e realizados investimentos no aeródromo municipal. -----

--- Referiu que esses investimentos permitiram garantir atualmente a operacionalidade de três meios aéreos, designadamente uma aeronave de asa fixa e um meio aéreo ligeiro, instrumentos que considerou fundamentais no combate aos incêndios rurais. Acrescentou ainda que foi reforçada a Companhia de Sapadores Bombeiros de Santarém com dez novos operacionais e que a equipa municipal de Proteção Civil continuará igualmente a ser reforçada. -----

--- Informou também que está prevista a entrega de cinco novas viaturas às corporações de bombeiros do concelho, incluindo viaturas de combate a incêndios florestais, viaturas de apoio logístico e meios específicos para primeira intervenção no Centro Histórico. Acrescentou ainda que será implementado um sistema de desfibrilhação automática externa em espaços públicos. -----

--- Defendeu que a proteção civil exige responsabilidade, coerência e visão estratégica de longo prazo, sublinhando que as decisões tomadas resultam de um trabalho articulado e estruturado entre Município e corporações. -----

--- Relativamente à intervenção da senhora Deputada Cristiana Correia, sobre o Polo da Juventude, afirmou que os jovens constituem um dos maiores ativos do concelho e explicou que o Município tem vindo a desenvolver um trabalho de escuta ativa junto de

ATA Nº. 06/2025–2029
Sessão de 30 de Abril de 2026

associações, coletividades e jovens. -----

--- Referiu que está em curso um trabalho conjunto com o Instituto Português do Desporto e Juventude, visando potenciar o espaço existente através do reforço de serviços já instalados, incluindo projetos de apoio à juventude. Informou ainda que estão a ser estudadas soluções como a criação de uma sala de estudo disponível vinte e quatro horas, espaços destinados às sedes de associações juvenis e o desenvolvimento de um Observatório do Desporto, em articulação com a empresa municipal Viver Santarém. ---

--- Acrescentou que o objetivo passa igualmente por disponibilizar espaços de formação e utilização comunitária, reforçando o apoio ao associativismo juvenil e promovendo uma maior participação dos jovens na vida do concelho. -----

--- Por fim, relativamente ao mural “ODE a Santarém”, destacou o contributo da obra artística da autoria de João Maria Ferreira para a valorização do espaço público, considerando que a intervenção conferiu uma nova identidade ao local e que poderá servir de exemplo para futuras iniciativas semelhantes no restante território do concelho. -----

--- A senhora **Vereadora Teresa Ferreira**, relativamente à questão colocada pela Senhora Deputada Rita Correia, referiu que o Senhor Presidente da Câmara já havia respondido ao essencial da matéria, pretendendo apenas sublinhar que se trata de uma obra de habitação privada, cuja necessidade considerou evidente, e que a mesma se encontra devidamente enquadrada no Plano Diretor Municipal. Acrescentou que o projeto obteve avaliação técnica favorável e foi validado nos termos legais, encontrando-se atualmente em execução. -----

--- Relativamente à questão do abate de árvores, esclareceu que o acompanhamento do processo foi efetuado pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), referindo que, segundo os respetivos técnicos, as árvores abatidas encontravam-se doentes. Acrescentou ainda que o projeto aprovado contempla a rearborização e a plantação de novas árvores após a conclusão da empreitada. -----

--- Dirigindo-se à senhora Deputada Paula Cruz, confirmou a relevância do tema da saúde mental, sublinhando que a responsabilidade do Município no âmbito da transferência de

ATA Nº. 06/2025–2029
Sessão de 30 de Abril de 2026

competências na área da saúde deve ir muito além da gestão de infraestruturas e de recursos humanos.-----

--- Informou que o Município dispõe de um Plano de Saúde definido e que, no presente ano, foi dada especial prioridade à área da saúde mental. Referiu que a iniciativa realizada contou com a participação de diversos profissionais e entidades, incluindo representantes da Unidade Local de Saúde, do Hospital CUF Santarém, da Ordem dos Psicólogos e da Ordem dos Enfermeiros, considerando que a diversidade e qualidade dos participantes demonstraram a pertinência do tema escolhido. -----

--- Acrescentou que se encontram já programadas diversas ações futuras na área da saúde mental, dirigidas não apenas aos jovens, mas também à população idosa, prevendo-se iniciativas de sensibilização destinadas à comunidade em geral, às instituições particulares de solidariedade social e a outros agentes locais, com o objetivo de reforçar a consciencialização e a promoção da saúde mental.-----

--- O senhor **Vereador Pedro Gouveia** retomou a palavra para responder ao senhor Deputado Paulo Oliveira relativamente às intervenções previstas no Ringue de Alcanhões, no Polivalente de Casével e no Campo das Abitureiras.-----

--- Esclareceu que os processos se encontravam preparados para contratação, estando inicialmente dependentes da realização de duas revisões obrigatórias de projeto. Contudo, referiu que alterações legislativas entretanto introduzidas deixaram de exigir esses procedimentos.-----

--- Acrescentou que os processos foram devolvidos aos serviços da área de Projetos e Obras e manifestou a expectativa de que, ainda durante o mês de maio, possam ser lançados os respetivos procedimentos concursais para a execução das empreitadas. -----

--- O senhor **Presidente da Câmara** pediu novamente a palavra para esclarecer a posição do Executivo relativamente à proposta abordada pela senhora Deputada Tatiana Silvestre, recordando que a matéria já havia sido amplamente debatida em sede de reunião de Câmara. -----

--- Referiu existir uma diferença de entendimento quanto ao papel da intervenção pública

ATA Nº. 06/2025–2029
Sessão de 30 de Abril de 2026

nesta matéria, assumindo tratar-se de uma divergência legítima de natureza ideológica. Defendeu que o modelo seguido pelo Executivo assenta numa resposta articulada entre a Câmara Municipal, agrupamentos escolares, associações de pais, IPSS e comunidade, considerando que o prolongamento do horário escolar deve constituir uma exceção e não uma regra. -----

--- Sublinhou que a Câmara não pretende incentivar a permanência das crianças em contexto escolar até períodos muito alargados do dia, entendendo que a rede familiar deve continuar a desempenhar um papel central. Acrescentou que, nos casos em que essa rede de apoio não exista, o Município pretende continuar a trabalhar em articulação com juntas de freguesia e outras entidades locais, comparticipando soluções adequadas às necessidades identificadas. -----

--- Aludiu ainda que, de acordo com os estudos realizados, a implementação do modelo proposto implicaria um investimento próximo dos dois milhões de euros, reiterando que o Executivo entende que este tipo de respostas deve assumir carácter excecional e não generalizado. -----

--- A senhora **Deputada Raquel Cordeiro** salientou que tem experiência na área da proteção civil, enquanto bombeira voluntária, reconhecendo os investimentos e equipamentos adquiridos, contudo, salientou que, no seu entender, estes não são suficientes sem o reforço de recursos humanos, essenciais à operacionalidade. Manifestou reservas quanto à referência a consensos anteriores, recordando declarações sobre a necessidade de criação de mais uma Equipa de Intervenção Permanente. -----

--- Referiu ainda que parte dos equipamentos resulta de candidaturas a fundos comunitários e defendeu que o reforço de recursos humanos implicaria um investimento reduzido face aos benefícios, considerando, ainda assim, os meios existentes insuficientes.

--- A senhora **Deputada Rita Correia** reiterou que a sua intervenção não coloca em causa os pareceres do ICNF, sublinhando a existência de opções políticas distintas na matéria. Manifestou preocupação com a degradação da qualidade de vida dos residentes na zona intervencionada, maioritariamente população idosa e com mobilidade reduzida, referindo

ATA Nº. 06/2025–2029
Sessão de 30 de Abril de 2026

alegada ausência de afixação do alvará e de comunicação adequada durante mais de um mês. Acrescentou que a intervenção na Rua Joaquim Caetano Frazão, único acesso a um lar de idosos, tem provocado constrangimentos significativos, incluindo condicionamentos à circulação de ambulâncias. Defendeu, por fim, que poderá não ter existido fiscalização adequada, considerando que a Câmara Municipal deveria assegurar uma melhor gestão e acompanhamento da obra.-----

--- O senhor **Deputado Vítor Borges da Costa** disse permanecer com uma dúvida relativamente à explicação apresentada pelo senhor Vice-Presidente acerca do concurso. Questionou se a entidade seria penalizada caso tivesse apresentado candidatura às três equipas ou aos três concursos, solicitando esclarecimento sobre essa perspetiva e sobre o enquadramento dessa situação. -----

--- O senhor **Vereador Emanuel Campos** esclareceu que a candidatura a Equipas de Intervenção Permanente (EIP) é enquadrada num modelo nacional que privilegia uma análise global do território, e não uma lógica estritamente concelhia, sendo os critérios de seleção baseados em índices de perigosidade, área florestal e ausência de equipas nas corporações de bombeiros. Referiu que o Município de Santarém tem vindo a investir de forma sustentada e equilibrada na proteção civil, com reforço progressivo de meios e recursos humanos, sublinhando que o investimento público deve ser feito com rigor e responsabilidade. Acrescentou que o processo foi articulado com as corporações de bombeiros e enquadrado nos critérios definidos pela Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, defendendo a coerência na gestão das candidaturas. -----

--- A senhora **Vereadora Teresa Ferreira** referiu, quanto à intervenção em causa, que do ponto de vista técnico e legal a empreitada é viável, salientando que as divergências existentes são de natureza política. Defendeu a iniciativa privada e o funcionamento do mercado, considerando que a intervenção municipal não deve assumir caráter dirigista, desde que a legalidade se encontre assegurada. -----

--- O senhor **Vereador Pedro Gouveia** esclareceu que a intervenção referida diz respeito a um muro de propriedade privada, tratando-se de uma situação tecnicamente complexa,

ATA Nº. 06/2025–2029
Sessão de 30 de Abril de 2026

já identificada e integrada nas intervenções previstas pelo Departamento de Obras, estando a sua resolução prevista de forma faseada. -----

--- A senhora **Deputada Raquel Cordeiro** solicitou esclarecimento adicional ao senhor Vereador Emanuel Campos, questionando a base legal ou documental onde se encontra prevista eventual penalização do Município no caso de submissão de múltiplas candidaturas às Equipas de Intervenção Permanente.-----

--- O senhor **Vereador Emanuel Campos**, em resposta à senhora Deputada Raquel Cordeiro, reiterou que o processo de atribuição das EIP segue critérios definidos pela Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, questionando a pertinência de múltiplas candidaturas simultâneas por parte do mesmo Município. Referiu que as candidaturas apresentadas pelo Município não têm sido todas aprovadas, defendendo a necessidade de coerência e articulação com as corporações de bombeiros e com as entidades nacionais competentes.-----

--- Esgotadas as intervenções, foi dada por concluída a apreciação deste ponto que não carece de votação.-----

--- **PONTO DOIS – INFORMAÇÕES PRESTADAS PELOS DEPUTADOS MUNICIPAIS ELEITOS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA NAS DIFERENTES COMISSÕES, CONSELHOS MUNICIPAIS E OUTROS ÓRGÃOS.**

--- O senhor **Deputado José Magalhães** no uso da palavra, retomou a questão do Conselho Municipal de Turismo, questionando a sua efetiva utilidade e relevância face aos diversos projetos e iniciativas atualmente relacionados com o setor do turismo. Considerou que, caso o Conselho tenha importância prática, a sua instalação não deverá ser adiada pela ausência de resposta de algumas entidades convidadas. -----

--- Manifestou preocupação pelo facto de, decorrido quase um ano de mandato, o referido Conselho ainda não se encontrar em funcionamento, questionando se o mesmo constitui apenas uma formalidade ou se lhe é atribuída efetiva responsabilidade e importância na discussão dos assuntos em curso. -----

--- fim, sublinhou a sua posição pessoal relativamente à temática da afición, afirmando

ATA Nº. 06/2025–2029
Sessão de 30 de Abril de 2026

não ser aficionado e reiterando a sua oposição democrática e política nessa matéria, sublinhando que existem em Santarém outras pessoas que partilham dessa perspetiva. ----

--- O senhor **Presidente da Câmara** afirmou que o Conselho Municipal de Turismo é um órgão fundamental e importante, à semelhança de outros conselhos municipais, como os da Educação e do Desporto, constituindo espaços de partilha e troca de opiniões relevantes para o futuro coletivo. -----

--- Esclareceu que faltava ainda a indicação de algumas entidades, adiantando que solicitou aos serviços um ponto de situação sobre o processo. Referiu, contudo, ter sido informado de que toda a componente burocrática se encontra já resolvida, estando reunidas as condições para a constituição do Conselho com a maior brevidade possível. -----

--- Acrescentou ainda que, no mandato anterior, realizavam-se duas a três reuniões anuais e salientou que, atendendo ao início do atual mandato e às circunstâncias inerentes ao seu arranque, será agora retomado o trabalho deste fórum, que considerou fundamental. -----

--- Esgotadas as intervenções, foi dada por concluída a apreciação deste ponto que não carece de votação. -----

--- **PONTO TRÊS – RELATÓRIOS DE GESTÃO, MAPAS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS E BALANÇO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM REFERENTES AO ANO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO.** -----

--- Pela Câmara foram presentes as propostas números vinte e quatro/dois mil e vinte e seis e vinte e sete/dois mil e vinte e seis: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária, tomada por maioria, com oito votos a favor dos senhores Presidente e Vereadores da AD – Coligação PSD/CDS e do Partido Socialista e uma abstenção do senhor Vereador do Partido CHEGA, em treze de abril de dois mil e vinte e seis, cabe-me propor à Exma. Assembleia que nos termos da alínea l) do número dois do artigo vinte e cinco, e alínea i) do número um do artigo trinta e três, do Anexo I, à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, aprecie e aprove o **Relatório de Gestão, Mapas da Prestação de Contas referente ao ano de dois mil e vinte e cinco**, que anexo”. -----

ATA Nº. 06/2025–2029
Sessão de 30 de Abril de 2026

--- “Dando sequência à deliberação camarária, tomada por unanimidade, em reunião de treze de abril de dois mil e vinte e seis, cabe-me propor à Exma. Assembleia a aprovação do **Balanço Social do Município de Santarém referente ao ano de dois mil e vinte e cinco**, nos termos da alínea l) do número dois do artigo vinte e cinco, e alínea i) do número um do artigo trinta e três, do Anexo I, à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, que anexo”.-----

--- O senhor **Deputado Jorge Rodrigues** começou por saudar, em nome da bancada do Partido Social Democrata, o Executivo pela prestação de contas apresentada à Assembleia. Referiu que os resultados, tal como mencionado pelo Deputado Pedro Melo, assentam numa trilogia interessante: mais investimento, menos impostos e menos dívida. -----

--- Afirmou que o ano de dois mil e vinte e cinco volta a demonstrar estabilidade e consolidação orçamental, destacando um resultado líquido positivo de um vírgula oito milhões de euros e salientando que todos os indicadores operacionais apresentam resultados positivos. -----

--- Salientou que o Município reforçou os fundos próprios e reduziu significativamente o passivo. Sublinhou ainda que a dívida continua a diminuir, situando-se abaixo dos trinta milhões de euros, o que representa a menor dívida dos últimos trinta anos, destacando igualmente que o Município de Santarém apresenta atualmente prazos médios de pagamento de vinte e um dias, sem pagamentos em atraso. -----

--- Referiu também a redução de impostos, nomeadamente do IMI, IRS e derrama, considerando que estas medidas representam um alívio para as empresas e famílias do concelho. -----

--- Acrescentou que o investimento cresceu sessenta e quatro por cento atingindo, oito vírgula quatro milhões de euros, com intervenções em áreas como a rede viária, acessibilidades, desporto, educação e cultura. -----

--- Concluiu afirmando que estes resultados não surgem por acaso, sendo fruto de uma equipa coesa, de técnicos e dirigentes competentes e comprometidos e, sobretudo, de um Executivo que soube gerir contas certas, assente numa estratégia clara para o

ATA Nº. 06/2025–2029
Sessão de 30 de Abril de 2026

desenvolvimento de Santarém, declarando que o sentido de voto da sua bancada seria favorável. -----

--- O senhor **Deputado Luís Batista**, iniciou a sua intervenção dizendo, relativamente à Prestação de Contas de dois mil e vinte e cinco, não haver muito a acrescentar, considerando tratar-se de um documento essencialmente técnico, elaborado de forma clara e perceptível no que respeita à receita e à despesa. Nesse sentido, começou por saudar os técnicos envolvidos na elaboração do documento, informando que o Partido Socialista também votaria favoravelmente a prestação de contas. -----

--- No que respeita à receita, destacou a receita própria, em particular os impostos diretos e o IMT, que registou um acréscimo de dois vírgula sete milhões de euros, considerando este facto um sinal de crescimento do mercado imobiliário no concelho, o que classificou como positivo. Acrescentou que é necessário continuar a criar condições de atratividade para as famílias, manifestando concordância com propostas anteriormente referidas de apoio às famílias, nomeadamente através das Atividades de Enriquecimento Curricular. Em sentido contrário, assinalou a quebra dos fundos comunitários, referindo que, embora a justificação apresentada esteja relacionada com a conclusão de algumas obras, considerou que deveriam existir outros projetos em curso que permitissem manter o financiamento comunitário noutro nível. -----

--- Quanto à despesa, salientou o aumento continuado na aquisição de bens e serviços, indicando que em dois mil e vinte e cinco esse aumento foi da ordem dos três milhões de euros. Recordou que entre dois mil e vinte e três e dois mil e vinte e quatro esta rubrica já tinha aumentado cerca de dois vírgula cinco milhões de euros, o que significa um crescimento acumulado de cinco vírgula cinco milhões de euros em dois anos, atingindo, em dois mil e vinte e cinco, cerca de vinte e um milhões de euros. -----

--- Reconheceu que existem despesas inevitáveis e de crescimento contínuo, relacionadas com responsabilidades que a Câmara Municipal tem obrigatoriamente de assegurar. Contudo, destacou a rubrica relativa a prémios, condecorações e ofertas, no valor de quinhentos e dois mil euros, registando um aumento de sessenta e quatro mil euros

ATA Nº. 06/2025–2029
Sessão de 30 de Abril de 2026

relativamente ao ano anterior, sendo que já tinha ocorrido anteriormente um acréscimo de cento e sessenta e três mil euros.-----

--- Questionou se nesta rubrica estariam incluídos os bilhetes da tauromaquia, afirmando ser aficionado e apreciador das corridas de touros, mas sugerindo que poderia ser encontrada uma forma diferente de financiamento. Num registo informal, referiu que os bilhetes disponibilizados à Assembleia se situavam em lugares pouco favoráveis, acrescentando que normalmente os oferecia a amigos e adquiria o seu próprio bilhete.----

--- Relativamente à aquisição de serviços, destacou a rubrica “Outros Trabalhos Especializados”, no valor de um vírgula sete milhões de euros, e a rubrica “Outros Serviços”, no valor de oito milhões de euros, considerando que poderia existir um novo entendimento ou metodologia que permitisse acompanhar o desenvolvimento municipal, reduzindo parte desta despesa e canalizando mais recursos para investimento.-----

--- Referiu, contudo, que estes valores refletem as opções políticas de quem governa, reconhecendo que compete ao Executivo tomar essas decisões. -----

--- Na componente de capital, saudou o aumento do investimento em cerca de três vírgula três milhões de euros, bem como as transferências de capital para as Juntas de Freguesia e associações, considerando tratar-se igualmente de investimento importante para a concretização de obras relevantes nas freguesias. -----

--- Ainda assim, afirmou manter algumas preocupações por não verificar maior investimento em determinadas áreas, dando como exemplo o Plano Local de Habitação. Recordou que, em dois mil e vinte e um, foi aprovado por unanimidade um plano no valor de vinte vírgula dois milhões de euros para execução até dois mil e vinte e cinco. Referiu que, considerando os valores acumulados apresentados até ao momento, apenas foram executados cerca de oitocentos e oitenta mil euros, o que representa menos de cinco por cento do previsto. -----

--- Manifestou preocupação quanto à continuidade do financiamento deste plano, referindo declarações do Governo no sentido de que nenhum projeto ficaria para trás relativamente ao PRR, esperando que, caso não seja através daquele mecanismo, surjam

ATA Nº. 06/2025–2029
Sessão de 30 de Abril de 2026

outras formas de financiamento. -----

--- Expressou também preocupação relativamente às Unidades de Saúde Familiar, verificando no documento níveis de execução nulos e ausência de financiamento identificado. Embora tenha referido a garantia dada pelo Senhor Presidente de que nenhuma Unidade de Saúde Familiar deixará de ser concretizada, considerou que tal poderá implicar financiamento municipal ou recurso a empréstimos. -----

--- Acrescentou ainda preocupações relativamente a outras intervenções previstas, nomeadamente a Escola Ginestal Machado, a Escola de Alcanede e outros projetos importantes. -----

--- Concluiu referindo que, apesar das preocupações apresentadas relativamente ao financiamento, foram anunciados investimentos para os próximos dez anos na ordem dos cento e vinte a cento e trinta milhões de euros, incluindo investimento público e privado. Manifestou o desejo de que todo esse investimento se concretize, considerando que será positivo para Santarém e para o desenvolvimento do concelho.-----

--- O senhor **Deputado Luís Martins** referiu que, antes de se entrar propriamente na votação da Prestação de Contas de dois mil e vinte e cinco, importava esclarecer uma questão prévia relacionada com a legalidade e a transparência do processo. -----

--- Indicou que o artigo septuagésimo sexto, número três, da Lei número setenta e três barra dois mil e treze determina que os documentos de prestação de contas sejam remetidos ao órgão deliberativo juntamente com a Certificação Legal de Contas e o parecer do Revisor Oficial de Contas, com a antecedência prevista no artigo quinquagésimo terceiro, número dois, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze.-----

--- Acrescentou que o próprio Relatório de Contas do Executivo referente a dois mil e vinte e cinco refere que as contas foram objeto de Certificação Legal pela BDO & Associados, SROC, questionando, por esse motivo, a razão pela qual o relatório, o parecer e a Certificação Legal de Contas não foram disponibilizados aos Deputados Municipais, nomeadamente aos representantes do Partido Chega, dentro do prazo legalmente previsto de dois dias de antecedência. -----

ATA Nº. 06/2025–2029
Sessão de 30 de Abril de 2026

--- Questionou ainda se o Executivo considerava que a Assembleia Municipal se encontrava em condições de proceder à votação das contas do exercício económico de dois mil e vinte e cinco sem que estivessem disponíveis os elementos legalmente exigidos.----

--- Nesse sentido, informou que os Deputados do Partido Chega solicitavam formalmente à Mesa da Assembleia Municipal que a votação da Prestação de Contas de dois mil e vinte e cinco seja suspensa ou adiada até à disponibilização integral dos referidos documentos ou, em alternativa, que ficasse expressamente registado em ata que a votação ocorria sem que os Deputados daquele partido tivessem tido acesso à Certificação Legal das Contas e ao parecer do Revisor Oficial de Contas. -----

--- A senhora **Deputada Cláudia Lobo** referiu que as contas apresentadas não revelam um cenário de descontrolo financeiro, reconhecendo que o Executivo apresenta um documento formalmente equilibrado, com indicadores que permitem sustentar uma narrativa de estabilidade.-----

--- Contudo, salientou que estabilidade contabilística não é sinónimo de boa governação e afirmou ser precisamente nesse ponto que reside a discordância da sua posição política. Considerou que o relatório demonstra a capacidade do Município para encerrar contas de forma equilibrada, mas revelou dificuldades em transformar recursos em execução, prioridades e respostas concretas às necessidades das populações. -----

--- Destacou que o resultado líquido sofreu uma redução muito expressiva, passando de quatro milhões, oitocentos e sessenta e cinco mil, cento e treze euros e noventa e três cêntimos, em dois mil e vinte e quatro, para um milhão, setecentos e quarenta e nove mil, setecentos e setenta e seis euros e vinte e cinco cêntimos, em dois mil e vinte e cinco. ----

--- Acrescentou que a execução das Grandes Opções do Plano se fixou nos setenta e seis vírgula vinte e quatro por cento e a execução do Plano Plurianual de Investimentos nos cinquenta vírgula trinta e sete por cento, o que, na sua opinião, significa que uma parte relevante do que havia sido prometido ficou por concretizar. -----

--- Referiu ainda que, ao analisar áreas consideradas essenciais, a leitura política se torna mais preocupante, destacando setores como a saúde, a habitação, o ordenamento do

ATA Nº. 06/2025–2029
Sessão de 30 de Abril de 2026

território e o ambiente, que, segundo afirmou, apresentam níveis de execução distantes das necessidades reais das populações. -----

--- Concluiu afirmando que tal permite retirar uma conclusão simples: as contas podem apresentar resultados equilibrados do ponto de vista formal e contabilístico, mas isso não significa necessariamente que as prioridades tenham sido devidamente executadas. -----

--- O senhor **Presidente da Câmara** referiu que o documento em apreciação espelha aquilo que já havia sido debatido na discussão do ponto anterior, considerando que o rigor da gestão financeira permite ao Município ambicionar e concretizar os seus objetivos estratégicos. -----

--- Referiu ser legítimo que entre as forças políticas representadas existam divergências, análises distintas e prioridades diferentes, salientando que cada força partidária possui a sua própria visão relativamente ao que considera prioritário para o concelho. -----

--- Afirmou que o Executivo definiu como prioridade a maximização da execução das oportunidades de financiamento disponíveis, nomeadamente através dos fundos comunitários, do quadro comunitário, do PRR e também através de financiamentos bancários, procurando executar os investimentos com celeridade. -----

--- Considerou que o documento demonstra claramente o equilíbrio financeiro da autarquia, sublinhando que todos os indicadores apresentam resultados positivos, facto que, segundo referiu, foi reconhecido de forma alargada ao longo da discussão. -----

--- Destacou que este resultado é fruto do esforço conjunto de todos os que exercem funções executivas, dos dirigentes municipais e de toda a equipa política e técnica mobilizada para esse objetivo. -----

--- Referiu igualmente a importância do investimento realizado, salientando tratar-se de um valor relevante e, comparativamente a anos anteriores, de um montante recorde, representando igualmente um esforço conjunto entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia. -----

--- Defendeu que o investimento público deve existir e assumir um efeito multiplicador sobre a restante atividade económica do território. -----

ATA Nº. 06/2025–2029
Sessão de 30 de Abril de 2026

--- Sublinhou ainda a redução de impostos, considerando que o documento reflete o trabalho desenvolvido ao longo dos últimos anos nesse domínio. -----

--- Relativamente à dívida municipal, afirmou que esta atingiu o valor mais baixo dos últimos trinta anos, situando-se abaixo dos trinta milhões de euros.-----

--- Referiu ainda que a obtenção de financiamento bancário, dentro dos limites legalmente permitidos, constitui uma importante fonte de financiamento. Acrescentou que, em momento anterior, o Município concretizou um conjunto de financiamentos bancários que hoje permitem a execução de projetos relevantes, nomeadamente o Multiusos de Alcanede, investimentos nos Amiais e outras intervenções na área desportiva, incluindo equipamentos em Alcanhões, Abitureiras e Casével. -----

--- Considerou que esses financiamentos demonstram a importância deste mecanismo e afirmou que, durante o presente ano e os seguintes, o Executivo continuará a recorrer a esta possibilidade de forma equilibrada e sustentável, com vista à concretização dos objetivos estratégicos definidos para o território.-----

--- Relativamente ao Plano Local de Habitação, reconheceu tratar-se de um processo exigente, à semelhança do que acontece noutros municípios, referindo dificuldades relacionadas com concursos desertos, tanto para projetos como para empreitadas. -----

--- Informou que se encontra em preparação o lançamento de procedimentos para contratação de projetos de execução relativos à construção de habitação dispersa no território, abrangendo doze lotes. -----

--- Referiu igualmente que também existiram procedimentos desertos na área da saúde, reiterando que, independentemente do término do PRR, o programa de investimento previsto será concretizado, ainda que para tal seja necessário recorrer a financiamento bancário.-----

--- Sublinhou que a concretização destes investimentos não dependeu exclusivamente da vontade do Município, dando como exemplo o processo das Unidades de Saúde Familiar, em que um concurso acabou por ficar deserto. Acrescentou que o Município irá agora recorrer aos mecanismos legais disponíveis, incluindo a possibilidade de atualização de

ATA Nº. 06/2025–2029
Sessão de 30 de Abril de 2026

preços até vinte por cento, na tentativa de assegurar a execução da obra dentro dos prazos previstos. -----

--- Afirmou que a mesma estratégia será seguida relativamente a outros investimentos previstos para o concelho, reforçando que o objetivo do Executivo é continuar a executar projetos e promover o crescimento do território. -----

--- Relativamente à questão anteriormente colocada pelo senhor Deputado Luís Martins, informou, dirigindo-se ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, que ocorreu um atraso no envio do parecer do Revisor Oficial de Contas, esclarecendo que o documento, entretanto distribuído, tinha data de vinte e sete de abril de dois mil e vinte e seis. -----

--- Referiu ainda que o relatório emitido corresponde a uma situação semelhante a outras anteriormente verificadas em contextos de equilíbrio financeiro das contas municipais, considerando que se encontravam reunidas todas as condições e garantias necessárias para que a Assembleia pudesse deliberar sobre a matéria. -----

--- Perante algumas intervenções no decorrer da sua exposição, registou-se uma troca de palavras em torno do uso da palavra e da condução dos trabalhos, tendo o Senhor Presidente da Câmara defendido o direito à emissão da sua opinião no âmbito do debate em curso. -----

--- Concluiu referindo que compete aos deputados municipais definir o respetivo sentido de voto, salientando que, apesar de existirem divergências legítimas relativamente às prioridades de investimento, o Executivo mantém um caminho claro, público e assumido, o qual, acrescentou, foi sufragado pela maioria dos eleitores do concelho. -----

--- O senhor **Vítor Borges da Costa** aludiu que o senhor Deputado Luís Martins havia colocado uma questão sobre a possibilidade de discussão prévia antes da votação, considerando que o senhor Presidente da Câmara aproveitou esse momento para fazer uma exposição que, no seu entendimento, não seria adequada naquele contexto. Acrescentou ainda que o Senhor Presidente da Câmara se antecipou à decisão da Mesa ao pronunciar-se sobre a realização, ou não, da votação. -----

--- O senhor **Presidente da Assembleia** esclareceu que iria colocar à votação os

ATA Nº. 06/2025–2029
Sessão de 30 de Abril de 2026

documentos em apreço, sendo que a lei determina que o Relatório de Prestação de Contas tem de ser apreciado e votado pelo órgão deliberativo até trinta de abril do ano seguinte. -

--- O senhor **Deputado Jorge Rodrigues** referiu que, salvo melhor opinião, todos os membros dispunham da Certificação Legal de Contas, datada de vinte sete de abril. Considerou, por isso, que o procedimento adequado seria avançar com a votação do ponto, entendendo que cada membro deveria exercer o seu direito de voto, aprovando, abstendo-se ou votando contra, conforme a sua posição. -----

--- O senhor **Vítor Borges da Costa** observou que o Regimento não deveria ser aplicado apenas em determinadas circunstâncias, aludindo ao tratamento dado ao Voto de Saudação apresentado pelo Partido Chega e à Moção apresentada pelo Partido Social Democrata, ambos submetidos fora do prazo regulamentar. -----

--- O senhor **Presidente da Assembleia** reiterou que o ponto seria submetido a votação, podendo posteriormente ser apresentadas declarações de voto. -----

--- O senhor **Deputado Luís Martins** referiu que, embora pudesse ser alegado que o documento se encontrava disponível desde o dia vinte e sete do corrente mês, apenas teve acesso à Certificação Legal de Contas no próprio dia da sessão.-----

--- Por último, a senhora **Deputada Beatriz Martins** reconheceu que o documento foi disponibilizado fora do prazo previsto no Regimento, mas salientou que o mesmo não apresentava complexidade e que não continha reservas às contas apresentadas. Acrescentou ainda que a legislação obriga à aprovação das prestações de contas municipais até ao dia trinta de abril do ano seguinte, pelo que o adiamento da votação constituiria incumprimento legal. Considerou, por isso, não ser possível retirar o ponto da ordem de trabalhos, sugerindo que as posições de voto dos membros da Assembleia fossem registadas através de declarações de voto. -----

--- Esgotadas as intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação as propostas relativas ao **Relatório de Gestão, Mapas da Prestação de Contas e ao Balanço Social do Município de Santarém referentes ao ano de dois mil e vinte e cinco**, nos termos da alínea l) do número dois do artigo vinte e cinco, do Anexo I, à Lei

ATA Nº. 06/2025–2029
Sessão de 30 de Abril de 2026

número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, tendo sido deliberado **apreciar favoravelmente, por maioria**, com trinta e nove votos a favor, três votos contra e duas abstenções. -----

--- Pelo senhor **Luís Martins** foi efetuada a seguinte Declaração de Voto:. -----

--- “Voto contra os documentos de prestação de contas do Município de Santarém relativos ao exercício de dois mil e vinte e cinco, não apenas por razões de apreciação política e financeira, mas também por uma razão prévia de natureza procedimental, que considero grave. -----

--- A Assembleia Municipal foi chamada a apreciar e votar as contas de dois mil e vinte e cinco sem que tivessem sido previamente disponibilizados aos deputados municipais todos os elementos legalmente exigidos para uma análise completa, independente e informada, designadamente o Relatório/Parecer do Revisor Oficial de Contas e a Certificação Legal das Contas. -----

Esta ausência não é uma questão meramente formal. Estamos perante documentos essenciais para o exercício da função fiscalizadora da Assembleia Municipal. O Parecer do ROC e a Certificação Legal das Contas constituem instrumentos de validação externa, técnica e independente da informação financeira apresentada pelo Executivo. Sem esses elementos, os deputados municipais ficam privados de uma parte fundamental da informação necessária para formar juízo e votar com plena consciência. -----

--- Recordo que, nos termos da Lei número setenta e três/dois mil e treze, os documentos de prestação de contas devem ser remetidos ao órgão deliberativo juntamente com a Certificação Legal das Contas e o Parecer do Revisor Oficial de Contas ou da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas. Acresce que a documentação respeitante aos pontos da ordem de trabalhos deve ser disponibilizada aos membros da Assembleia Municipal com a antecedência legalmente prevista. -----

--- Assim, a decisão de manter a votação das contas sem que esses documentos estivessem disponíveis em “tempo útil” representa, no meu entendimento, uma limitação objetiva ao direito de informação dos deputados municipais e uma fragilização do escrutínio

ATA Nº. 06/2025–2029
Sessão de 30 de Abril de 2026

democrático que compete a esta Assembleia exercer. -----

--- Não está aqui em causa uma divergência menor sobre a forma de apresentação dos documentos. Está em causa saber se os membros deste órgão deliberativo dispuseram, ou não, de todos os elementos legalmente exigidos para apreciar as contas do Município. E a resposta é clara: não dispuseram em tempo útil.-----

--- Acresce que o próprio Relatório de Gestão apresentado pelo Executivo refere expressamente que as contas do exercício de dois mil e vinte e cinco foram objeto de análise e certificação legal por parte da BDO & Associados, SROC, Lda., assegurando a verificação externa da conformidade contabilística e da fiabilidade da informação financeira apresentada. Ou seja, não estamos perante documentos inexistentes ou meramente acessórios, mas perante elementos que o próprio Executivo reconhece como parte relevante do processo de validação das contas e já na sua posse, desde o dia vinte e sete de abril de dois mil e vinte e seis. -----

--- Acresce ainda que o Executivo da Câmara, após aprovação das contas de dois mil e vinte e cinco em sessão de Câmara no dia vinte e sete de Abril, podia ter remetido as mesmas, de imediato, ao Tribunal de Contas dentro do prazo, mesmo antes da apreciação pela Assembleia Municipal. Por isso, a urgência do prazo de trinta de abril, nos termos do artigo cinquenta e dois, número quatro, da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, não justificava forçar uma votação da Assembleia Municipal sem tempo útil para análise do Parecer do ROC e da Certificação Legal de Contas. -----

--- A distribuição da Certificação Legal das Contas, apenas durante o intervalo da sessão, não sana a falta de disponibilização prévia da documentação. Pelo contrário, confirma que a Assembleia foi chamada a iniciar a discussão sem todos os elementos essenciais para o exercício da sua competência fiscalizadora. O cumprimento do prazo de trinta de abril para remessa das contas ao Tribunal de Contas não pode servir para limitar o direito de informação dos deputados municipais nem para transformar a apreciação da Assembleia Municipal num ato meramente formal. -----

--- Por essa razão, entendo que a votação deveria ter sido adiada até à disponibilização

ATA Nº. 06/2025–2029
Sessão de 30 de Abril de 2026

integral do Relatório/Parecer do ROC e da Certificação Legal das Contas de dois mil e vinte e cinco, garantindo-se aos deputados municipais prazo adequado para a respetiva análise. -----

--- Ao ter-se mantido a votação nestas condições, ficou prejudicada a Transparência do Procedimento, a Qualidade da Deliberação e a Plenitude da Função Fiscalizadora da Assembleia Municipal. -----

--- Por isso, o meu voto é contra, e solicito que esta declaração de voto seja integralmente transcrita em ata, fazendo constar expressamente que a votação ocorreu sem que me tivessem sido previamente disponibilizados, em tempo útil, o Relatório/Parecer do Revisor Oficial de Contas e a Certificação Legal das Contas relativas ao exercício de dois mil e vinte e cinco”.-----

--- **PONTO QUATRO – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO.** -----

--- Pela Câmara foi presente a proposta número vinte e cinco/dois mil e vinte e seis: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária tomada, por maioria, com quatro votos favoráveis dos senhores Presidentes e Vereadores AD – COLIGAÇÃO PSD/CDS e cinco abstenções dos senhores Vereadores do Partido Socialista e Partido CHEGA, em reunião do Executivo Municipal realizada em treze de abril de dois mil e vinte e seis, **cabe-me propor à Exma. Assembleia Municipal de Santarém que**, em conformidade com o ponto “cinco – Responsabilidade pelas demonstrações financeiras” da NCP1 do Decreto-lei número cento e noventa e dois/dois mil e quinze, de onze de setembro (SNC-AP), o Resultado Líquido do exercício de dois mil e vinte cinco, no montante de um milhão setecentos e quarenta e nove mil setecentos e setenta e seis euros e vinte e cinco centimos (1.749.776,25€), tenha a seguinte aplicação: -----

--- *Que sejam constituídas reservas legais no montante de oitenta e sete mil quatrocentos e oitenta e oito euros e oitenta e um centimos (87.488,81€), correspondente a cinco por cento do Resultado Líquido;-----

--- *O restante valor, de um milhão seiscentos e sessenta e dois euros e quarenta e quatro

ATA Nº. 06/2025–2029
Sessão de 30 de Abril de 2026

cêntimos (1.662.287,44€), seja transferido para a conta cinquenta e seis – Resultados transitados, que anexo”. -----

--- Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de Aplicação do Resultado Líquido de dois mil e vinte e cinco do Município de Santarém**, nos termos do Decreto-lei número cinquenta e quatro–A/noventa e nove, de vinte e dois de fevereiro, tendo sido deliberado **aprovar por maioria**, com quarenta e dois votos a favor, zero votos contra e duas abstenções.-----

--- **PONTO CINCO – PROPOSTA DE REVISÃO NÚMERO DOIS AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS.**-----

--- Pela Câmara foi presente a proposta número trinta e dois/dois mil e vinte e seis: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária tomada por maioria com oito votos favoráveis dos senhores Presidente e Vereadores da AD – Coligação PSD/CDS e do Partido Socialista e uma abstenção do senhor Vereador do Partido CHEGA, em vinte e sete de abril de dois mil e vinte e seis, cabe-me propor à Exma. Assembleia Municipal de Santarém que, nos termos da alínea a) do número um do artigo vinte e cinco, do Anexo I, à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, aprove a Revisão número dois ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano de dois mil e vinte e seis, que anexo”. -----

--- Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de Revisão número dois ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano de dois mil e vinte e seis**, nos termos da alínea a) do número um do artigo vinte e cinco, do Anexo I, à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, tendo sido deliberado **aprovar por maioria**, com quarenta e dois votos a favor, zero votos contra e duas abstenções. -----

--- **PONTO SEIS – PROPOSTA INCENTIVO DE TAXAS – OCUPAÇÃO DA VIA COM ESPLANADAS ABERTAS OU FECHADAS.** -----

--- Pela Câmara foi presente a proposta número vinte e seis/dois mil e vinte e seis: -----

ATA Nº. 06/2025–2029
Sessão de 30 de Abril de 2026

--- “Dando sequência à deliberação camarária tomada, por unanimidade, em reunião de treze de abril de dois mil e vinte e seis, **cabe-me propor à Exma. Assembleia Municipal de Santarém que**, nos termos da alínea b), do número um do artigo vinte e cinco do anexo I da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com a alínea d) do artigo quinze e do número dois do artigo dezasseis, ambos da Lei número setenta e três/dois mil e treze, de três de setembro, aprove a proposta de isenção de pagamento de taxas sobre a ocupação de espaço público com esplanadas abertas ou fechadas, independentemente da dimensão, com produção de efeitos a partir de um de maio de dois mil e vinte e seis e com vigência até entrada em vigor do novo Regulamento de Liquidação e Cobranças de Taxas do Município de Santarém, nos termos propostos na informação número onze mil duzentos e cinquenta e oito de oito de abril, do Núcleo de Cobranças e Execuções Fiscais, que anexo”. -----

--- Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta Incentivo de Taxas – Ocupação da via com esplanadas abertas ou fechadas** -, nos termos da alínea b) do número um do artigo vinte e cinco, do Anexo I, à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, tendo sido deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

--- **PONTO SETE – PROPOSTA DE APOIOS FINANCEIROS ÀS FREGUESIAS.**

--- Pela Câmara foi presente a proposta número trinta e três/dois mil e vinte e seis: -----

--- “Considerando que: -----

--- I. A Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, estabeleceu e aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico; -----

--- II. Constituem atribuições dos municípios a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias (artigo vigésimo terceiro, número um, do Anexo I da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze

ATA Nº. 06/2025–2029
Sessão de 30 de Abril de 2026

de setembro); -----

--- III. Apesar da sua autonomia institucional, as freguesias e os municípios, atendendo que coincidem no mesmo território, assumem uma complementaridade funcional relativamente à prossecução dos interesses próprios das suas populações; -----

--- IV. As freguesias dispõem igualmente de atribuições e competências em domínios bastante diversificados na promoção e salvaguarda dos interesses das respetivas populações e têm uma especial relação de proximidade com os cidadãos o que lhes confere uma posição privilegiada; -----

--- V. Como elementos importantes da organização administrativa do Estado, dada a sua proximidade com os cidadãos e o profundo conhecimento das realidades e dinâmicas do seu quotidiano, as freguesias funcionam como um elo incentivador essencial e decisivo na prossecução dos interesses das respetivas populações; -----

--- VI. É inegável que, a par dessa posição privilegiada, as freguesias de pequena dimensão, dispõem de meios bastante escassos, que muito dificultam o prosseguimento das suas atribuições bem como o exercício das suas competências próprias; -----

--- VII. A Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, veio reforçar, significativamente, as competências das freguesias em matérias como: a conservação de abrigos de passageiros existentes na freguesia; gerir, conservar e promover a limpeza de balneários, lavadouros e sanitários públicos; gerir e manter parques infantis públicos e equipamentos desportivos de âmbito local; colocar e manter as placas toponímicas; conservar e reparar a sinalização vertical não iluminada instalada nas vias municipais; proceder à manutenção e conservação de caminhos, arruamentos e pavimentos pedonais; proceder à construção de equipamentos (abrigos de passageiros, lavadouros, balneários, chafarizes, parques infantis e desportivos, cemitérios) quando se destinem a integrar o respetivo património, entre outras. -----

--- V. Face a tal situação, considera-se de toda a justiça e superior interesse para a população do município que as freguesias sejam apoiadas no desenvolvimento das suas atribuições; -----

ATA Nº. 06/2025–2029
Sessão de 30 de Abril de 2026

--- VI. Reconhecendo a importância da atuação das Freguesias do Concelho, o Município de Santarém, não pode deixar de as apoiar, inclusive através da comparticipação de despesas que decorrem das suas atribuições e competências próprias, que se revelem investimentos mais avultados, mas que são importantes na promoção e salvaguarda dos interesses das populações, com significativa intervenção o desenvolvimento e equipamento rural e urbano, cultura, educação, desporto, ação social, cuidados primários de saúde e proteção civil (artigo sétimo do anexo I da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro); -----

--- VII. É de importância estratégica fomentar a cooperação entre o município e as freguesias, para a prossecução de investimentos que promovam a qualidade de vida das populações, em particular as que residem no meio rural do Concelho. -----

--- VIII. O apoio do município às freguesias é determinante para a concretização dos investimentos nos seus territórios. -----

--- IX. Os valores dos apoios aqui em causa estão incluídos nas GOP municipais afetas às transferências de capital para as freguesias e devidamente cabimentados; -----

--- X. Encontram-se cumpridos os requisitos estabelecidos na Lei número oito/dois mil e doze de vinte e um de fevereiro - Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA), na sua redação atual, conforme fichas de compromisso anexas aos respetivos processos; -----

--- Dando sequência à deliberação da Câmara Municipal, tomada em vinte e sete de abril de dois mil e vinte e seis, cabe-me propor à Exma. Assembleia Municipal de Santarém que autorize, ao abrigo da sua competência prevista na alínea j) do número um do artigo vinte e cinco do anexo I da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, que sejam concedidos, os seguintes apoios financeiros: -----

--- ➤ **Freguesia de Abitureiras** -----

--- ✓ Construção de Parque Infantil nas Abitureiras (Auto de medição número dois e faturação) – setecentos e noventa e quatro euros e setenta e sete cêntimos (794,77€);-----

ATA Nº. 06/2025–2029
Sessão de 30 de Abril de 2026

--- ✓Aquisição de serviços - Elaboração do Projeto de Execução “Parque de Lazer da Lamarosa” – dois mil setecentos e sessenta e sete euros e cinquenta cêntimos (2.767,50€);

--- ✓Reparação de danos causados pela Tempestade “Kristin” nos arruamentos da Freguesia – seis mil e vinte e sete euros (6.027,00 €); -----

--- ➤**Freguesia de Alcanede** -----

--- ✓Campo de Futebol de Alcanede – Relvado Sintético, Balizas e Acessórios (Auto de medição número um e respetiva fatura) – cento e catorze mil seiscentos e trinta e nove euros (114.639,00€);

--- ➤**Freguesia de Almoester** -----

--- ✓Adaptação do Edifício da Junta de Freguesia para implementação do Espaço Cidadão (Autos de medição números três, quatro e cinco e respetiva faturação) – sessenta e um mil trezentos e dezanove euros e cinquenta e quatro cêntimos (61.319,54 €); -----

--- ✓Reparação e remoção de taludes em estradas da Freguesia, danos causados pela Tempestade “Kristin” – cinco mil quatrocentos e setenta e três euros e cinquenta cêntimos (5.473,50 €); -----

--- ✓Reparação de pavimentos em diversas estradas da Freguesia, danos causados pela Tempestade “Kristin” – seis mil e vinte e sete euros (6.027,00€); -----

--- ➤**Freguesia de Alcanhões**-----

--- ✓Regularização e melhoramento do sistema de drenagem de águas pluviais em diversos arruamentos da Freguesia, referente a danos causados pela Tempestade “Kristin” – dez mil quinhentos e quarenta e sete euros (10.547,00€);-----

--- ➤**Freguesia de Moçarria**-----

--- ✓Regularização e limpeza de estradas e caminhos na Freguesia, danos causados pela Tempestade “Kristin” – sete mil novecentos e setenta e seis euros e cinquenta cêntimos (7.976,50€); -----

--- ➤**Freguesia de Pernes** -----

ATA Nº. 06/2025–2029
Sessão de 30 de Abril de 2026

--- ✓ Aquisição de móveis e peanhas para a instalação da Galeria do Oriente – vinte e dois mil quinhentos e setenta e nove euros e onze centimos (22.579,11€);-----

--- ✓ Reparação e remoção de terras em estadas da Freguesia, danos causados pela Tempestade “Kristin” – nove mil oitocentos e quarenta euros (9.840,00€);-----

--- ➤ **Freguesia de Póvoa da Isenta**-----

--- ✓ Requalificação dos muros exteriores e portões do Cemitério da Freguesia – quatro mil novecentos e setenta e cinco euros (4.975,00€); -----

--- ✓ Beneficiação de Arruamentos – danos causados pela Tempestade “Kristin” – seis mil cento e quarenta e oito euros e setenta e sete centimos (6.148,77€); -----

--- ➤ **Freguesia de S. Vicente do Paúl**-----

--- ✓ Diversas intervenções realizadas na Freguesia, devido aos danos causados pela Tempestade “Kristin” – dezassete mil quinhentos e sessenta e oito euros e dez centimos (17. 568,10 €); -----

--- ➤ **Freguesia de Vale de Figueira**-----

--- ✓ Regularização e limpeza de estradas e caminhos na Freguesia, referente a danos causados pela Tempestade “Kristin” – nove mil quatrocentos e cinquenta e nove euros e noventa e sete centimos (9.459,97€);-----

--- ➤ **União de Freguesias de Achete, Azoia de Baixo e Póvoa de Santarém** -----

--- ✓ Diversas intervenções realizadas na União de Freguesias, devido aos danos causados pela Tempestade “Kristin” – onze mil oitocentos e trinta e oito euros e setenta centimos (11.838,70€);-----

➤ **União de Freguesias de Azoia de Cima e Tremês** -----

--- ✓ Requalificação de edifícios – vinte e dois mil duzentos e noventa e seis euros e oitenta e três centimos (22.296,83€);-----

--- ➤ **União de Freguesias de Casével e Vaqueiros**-----

ATA Nº. 06/2025–2029
Sessão de 30 de Abril de 2026

--- ✓Requalificação de Espaço em Vila Nova (Auto de medição número dois e respetiva faturação) – sete mil e quarenta e nove euros (7.049,00€); -----

--- ✓Limpeza e corte de árvores caídas em arruamentos da Freguesia, referente a danos causados pela Tempestade “Kristin” – sete mil trezentos e sessenta euros e sessenta e quatro cêntimos (7.360,64 €); -----

--- ✓Aquisição de material para a reparação e requalificação de estradas e caminhos vicinais, devido aos danos causados pela Tempestade “Kristin” – três mil novecentos e noventa e oito euros e quarenta e cinco cêntimos (3.998,45€);-----

--- ✓Reparação e limpeza de valetas para escoamento de águas pluviais em diversos arruamentos da Freguesia, referente a danos causados pela Tempestade “Kristin” – dois mil setecentos e oitenta e dois euros e cinquenta cêntimos (2.782,50€).” -----

--- Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de Apoios Financeiros às Freguesias**, nos termos da alínea b) do número um do artigo vinte e cinco, do Anexo I, à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, tendo sido deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

--- **PONTO OITO – PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À JUNTA FREGUESIA DE S. VICENTE DO PAÚL – DÉCIMA SÉTIMA EDIÇÃO DAS TASQUINHAS DO ALVIELA DOIS MIL E VINTE E SEIS**.-----

--- Pela Câmara foi presente a proposta número trinta e um/dois mil e vinte e seis: -----

--- “Considerando que:-----

--- I. A Junta de Freguesia de S. Vicente do Paúl pretende repetir a iniciativa dos últimos anos em conjunto com as associações locais, implementado uma dinâmica cultural em prol da preservação das tradições e do desenvolvimento da respetiva comunidade local, através da organização de inúmeras atividades, projetos e eventos; -----

--- II. Nos próximos dias vinte e seis, vinte e sete e vinte e oito de junho, irá decorrer no Jardim de São Vicente, em São Vicente do Paúl, mais uma edição das “Tasquinhas do Alviela”, evento de cariz cultural e gastronómico, que contribui de forma proactiva, para

ATA Nº. 06/2025–2029
Sessão de 30 de Abril de 2026

a divulgação, promoção e prestígio da identidade da comunidade, com o objetivo de despertar os gostos e interesses dos visitantes na cultura e gastronomia (essencialmente doçaria) típica da região; -----

--- III. Este evento continuará a contar com a participação habitual de cerca de treze Associações da Freguesia, conforme ofício da Junta, cujo lucro reverterá para cada uma das associações presentes para apoiar as suas iniciativas culturais; -----

--- IV. Devido aos elevados custos envolvidos na organização e realização deste evento, a Junta de Freguesia de S. Vicente do Paúl vem novamente solicitar o apoio financeiro do município para fazer face às despesas (vide anexo 2), tendo em conta que este é um evento enriquecedor não só para São Vicente do Paúl, mas também para o Concelho de Santarém, mantendo assim a tradição e realizando mais uma edição deste evento que, nos últimos anos tem tido a participação de centenas de pessoas; -----

--- V. A Junta de Freguesia apresenta uma estimativa de custos de cerca de quarenta e cinco mil trezentos e dois euros e cinquenta cêntimos (45.302,50€); -----

--- VI. Face à relevância e notoriedade para o desenvolvimento cultural e económico da respetiva comunidade local e do Concelho de Santarém, e, reconhecendo os elevados custos que implica a sua produção e dinamização, é do interesse do município apoiar o evento promovido pela Junta de Freguesia; -----

--- Assim, dando sequência à deliberação camarária tomada, por, em reunião de vinte e sete de abril de dois mil e vinte seis, **cabe-me propor à Exma. Assembleia Municipal de Santarém que**, ao abrigo do disposto na alínea j) do número um do artigo vinte e cinco, do Anexo I, à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, aprove concessão de um apoio financeiro no montante total de onze mil duzentos e cinquenta euros (11.250,00€) à Junta de Freguesia de S. Vicente do Paúl para apoio na organização da Décima sétima edição das Tasquinhas do Alviela dois mil e vinte e seis”. -----

--- Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de Atribuição de Apoio Financeiro à Junta Freguesia de S. Vicente do Paúl - Décima sétima edição das Tasquinhas do Alviela dois mil e vinte e seis**, nos

ATA Nº. 06/2025–2029
Sessão de 30 de Abril de 2026

termos da alínea b) do número um do artigo vinte e cinco, do Anexo I, à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, tendo sido deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

--- **PONTO DEZ – PROPOSTA DE ACERTO NO ÂMBITO DE TRANSPORTE ESCOLAR EM CIRCUITO ESPECIAL REALIZADO PELA UNIÃO DE FREGUESIAS DE ACHETE, AZOIA DE BAIXO E PÓVOA DE SANTARÉM.** ---

--- Pela Câmara foi presente a proposta número dezassete/dois mil e vinte e seis: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária tomada, por unanimidade, em reunião de trinta de março de dois mil e vinte e seis, cabe-me propor à Exma. Assembleia Municipal de Santarém que, ao abrigo da alínea j) do número um do artigo vinte e cinco, do Anexo I, à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, que autorize o acerto no âmbito de Transporte Escolar em Circuito Especial realizado pela União de Freguesias de Achete, Azoia de Baixo e Póvoa de Santarém, em conformidade com a informação número oito mil trezentos e quatro da Divisão de Educação e Juventude, que anexo”.---

--- Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de Acerto no âmbito de Transporte Escolar em Circuito Especial realizado pela União de Freguesias de Achete, Azoia de Baixo e Póvoa de Santarém**, nos termos da alínea j) do número um do artigo vinte e cinco, do Anexo I, à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, tendo sido deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

--- **PONTO ONZE – PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO EXTRAORDINÁRIO NA AQUISIÇÃO DE VIATURA NOVA AFETA AO TRANSPORTE COLETIVO DE CRIANÇAS –UNIÃO DE FREGUESIAS DE AZOIA DE CIMA E TREMÊS.** -

--- Pela Câmara foi presente a proposta número dezanove/dois mil e vinte e seis: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária tomada, por unanimidade, em reunião de treze de abril de dois mil e vinte e seis, cabe-me propor à Exma. Assembleia Municipal de Santarém que, nos termos do disposto na alínea j) do número um do artigo vinte e cinco da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, autorize que seja

ATA Nº. 06/2025–2029
Sessão de 30 de Abril de 2026

concedido o apoio financeiro extraordinário no valor de trinta mil euros à União de Freguesias de Azoia de Cima e Tremês, destinado à aquisição de uma viatura nova para transporte coletivo de crianças, conforme informação número dez mil trezentos e dezanove de trinta de março, da Divisão de Gestão de Apoio às Freguesias, que anexo”. -----

--- Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de Apoio financeiro extraordinário na aquisição de viatura nova afeta ao transporte coletivo de crianças –União de Freguesias de Azoia de Cima e Tremês**, nos termos da alínea j) do número um do artigo vinte e cinco, do Anexo I, à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, tendo sido deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

--- **PONTO DOZE – PROPOSTA DE MINUTA DA SEGUNDA ADENDA AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO ESPECÍFICO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS (CIA) OUTORGADO EM SETE DE MARÇO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTARÉM E A UNIÃO DE FREGUESIAS DE CASÉVEL E VAQUEIROS “OBRA: REABILITAÇÃO PROFUNDA DO ESPAÇO JOGO E RECREIO DA EB1/JI DE CASÉVEL”**. -----

--- Pela Câmara foi presente a proposta número vinte/dois mil e vinte e seis: -----

--- “Considerando que: -----

--- a) Foi celebrado em sete de março de dois mil e vinte cinco um Contrato Interadministrativo Específico de Delegação de Competências (CIA) entre o Município de Santarém e a União de Freguesias de Casével e Vaqueiros para intervenção no Espaço de Jogo e Recreio da EB1/JI de Casével, requalificando o espaço e respetivos equipamentos;

--- b) As partes outorgaram o respetivo contrato em consequência das deliberações dos seus órgãos deliberativos, nomeadamente da Assembleia de Freguesia em vinte sete de fevereiro de dois mil e vinte cinco e da Assembleia Municipal em vinte e oito de fevereiro de dois mil e vinte cinco;-----

--- c) A União de Freguesias está disposta a tramitar o processo de contratualização da obra;-----

ATA Nº. 06/2025–2029
Sessão de 30 de Abril de 2026

--- d) Em dois de julho de dois mil e vinte cinco foi necessário celebrar a primeira Adenda ao CIA de sete de março de dois mil e vinte cinco, na sequência de revisão do orçamento/estimativa orçamental inicial da obra, devido à oscilação dos preços do mercado, apurando-se que a estimativa inicial se encontrava um pouco abaixo dos valores praticados.-----

--- e) Em vinte e quatro de fevereiro de dois mil e vinte seis, a União de Freguesias informou que após novo lançamento do concurso de empreitada, verificou-se que este ficou repetidamente deserto, situação que segundo a UF foi fundamentada pelo facto do preço base do procedimento ser inferior ao valor estimado para a execução dos trabalhos.

--- f) Após a necessária atualização da estimativa orçamental prevista para a obra pelo projetista externo contratualizado pela União de Freguesias, esta remeteu nova estimativa orçamental, agora no valor de trinta e seis mil e oitenta e dois euros e trinta e quatro centimos (36.082,34 €)+ IVA, pelo que torna-se assim necessário realizar uma segunda Adenda ao Contrato Interadministrativo Específico de Delegações de Competências outorgado em sete de março de dois mil e vinte cinco entre o Município de Santarém e a União de Freguesias de Casével e Vaqueiros, dado que haverá alteração ao montante dos recursos financeiros a transferir para a freguesia mais seis mil duzentos e dezoito euros e sessenta e quatro centimos (6.218,64€) acrescido de IVA, para a realização da obra em causa; -----

--- g) A Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais (Lei número cinquenta barra dois mil e dezoito, de dezasseis de agosto), através do seu artigo vigésimo nono, conjugado com o regime jurídico das autarquias locais aprovado pela Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro (artigos centésimo décimo sexto a centésimo vigésimo terceiro e artigo centésimo trigésimo primeiro), prevê que a concretização da delegação de competências entre os órgãos do município e os órgãos das freguesias, pode efetuar-se em todos os domínios dos interesses próprios das respetivas populações, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais, através

ATA Nº. 06/2025–2029
Sessão de 30 de Abril de 2026

de contrato interadministrativo; -----

--- h) Nos termos do artigo centésimo vigésimo do Anexo I à Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, outra forma de concretização de delegação de competências, que não seja através da celebração de contratos interadministrativo, é nula;

--- i) A câmara municipal e as juntas de freguesia poderão, pontualmente, estabelecer acordos para a realização de investimentos constantes nas Grandes Opções do Plano municipais, mas que se considerem mais vantajosas, do ponto de vista económico e da eficiência, serem praticados pela junta de freguesia; -----

--- j) As partes consideram ser desnecessária a promoção de estudos que demonstrem o cumprimento dos pressupostos estabelecidos no artigo cento e quinze do Anexo I da Lei que se vem citando, designadamente, pela não ocorrência de um aumento da despesa pública global, havendo a preocupação no aumento da eficiência da gestão dos recursos, assim como ganhos de eficácia do exercício das competências pela Junta de Freguesia, já que os recursos humanos e financeiros a afetar serão praticamente os mesmos, pois qualquer das autarquias para efetuar a requalificação em causa, em curto espaço de tempo, teria que forçosamente recorrer à contratação externa de empreitada, dada a insuficiência de recursos internos para o efeito; -----

--- k) A Junta de Freguesia, sob autorização da assembleia de freguesia, pode celebrar contratos de delegação de competências com a câmara municipal, no uso das competências previstas na alínea j), do número um, do artigo décimo sexto e da alínea g), do número um, do artigo nono, ambos do Anexo I à Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro.-----

--- l) Compete à Câmara Municipal submeter à Assembleia Municipal, para efeitos de autorização, propostas de celebração de contratos de delegação de competências, nos termos previstos na alínea m) do número um do artigo trigésimo terceiro do Anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro; -----

--- m) Incumbe à Assembleia Municipal, nos termos da alínea k) do número um do artigo vigésimo quinto do Anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze

ATA Nº. 06/2025–2029
Sessão de 30 de Abril de 2026

de setembro, autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a câmara municipal e as juntas de freguesia; -----

--- Assim, dando sequência à deliberação camarária tomada, por unanimidade, em reunião de treze de abril de dois mil e vinte e seis, cabe-me propor à Exma. Assembleia Municipal de Santarém que, nos termos das disposições conjugadas do artigo vigésimo terceiro, da alínea k) do número um do artigo vigésimo quinto, das alíneas m) e ee) do número um do artigo trigésimo terceiro, dos artigos centésimo décimo sexto a centésimo vigésimo terceiro, e do artigo centésimo trigésimo primeiro, todos da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, publicada no Anexo I, aprove o seguinte: ---

--- - **A celebração da segunda Adenda do Contrato Interadministrativo Específico de Delegação de Competências** entre o Município de Santarém e a União de Freguesias de Casével e Vaqueiros com vista à realização da obra de “Reabilitação profunda do Espaço Jogo e Recreio da EB1/JI de Casével”; -----

--- - **A afetação dos recursos financeiros** necessários para o efeito, mediante a transferência para a União de Freguesias de Casével e Vaqueiros no valor total estimado de trinta e oito mil duzentos e quarenta e sete euros e vinte e oito cêntimos (38.247,28€) trinta e seis mil e oitenta e dois euros e trinta e quatro cêntimos, (36.082,34€) acrescido IVA; -----

--- - **A aprovação da minuta da segunda Adenda do Contrato Interadministrativo Específico de Delegação de Competências** e o seu anexo I, a celebrar entre o Município de Santarém e a União de Freguesias de Casével e Vaqueiros, que anexo”. -----

--- Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de Minuta da Segunda Adenda ao Contrato Interadministrativo Específico de Delegação de Competências (CIA)** outorgado em sete de março de dois mil e vinte e cinco entre o Município de Santarém e a União de Freguesias de Casével e Vaqueiros “Obra: Reabilitação profunda do Espaço Jogo e Recreio da EB1/JI de Casével”, nos termos da alínea k) do número um do artigo vinte e cinco, do Anexo I, à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, tendo sido deliberado

ATA Nº. 06/2025–2029
Sessão de 30 de Abril de 2026

aprovar por unanimidade. -----

--- PONTO TREZE – PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DA SEGUNDA ADENDA AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO ESPECÍFICO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS (CIA) OUTORGADO EM DOIS DE AGOSTO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTARÉM E A FREGUESIA DE ALMOSTER – OBRA: REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO EXTERIOR DA ESCOLA EB1 DE ALMOSTER.-----

--- Pela Câmara foi presente a proposta número vinte e um/dois mil e vinte e seis:-----

--- “Considerando que:-----

--- a) Foi celebrado em dois de agosto de dois mil e vinte e três um Contrato Interadministrativo Específico de Delegação de Competências (CIA) entre o Município de Santarém e a Freguesia de Almoster com vista à freguesia poder intervir no espaço exterior da escola EB1 de Almoster, requalificando todo o espaço. -----

--- b) As partes outorgaram o respetivo contrato em consequência das deliberações dos seus órgãos deliberativos, nomeadamente da Assembleia de Freguesia em vinte e três de junho de dois mil e vinte e três e da Assembleia Municipal em trinta de junho de dois mil e vinte e três; -----

--- c) Em dois de julho de dois mil e vinte cinco, face às oscilações de mercado e ao hiato de tempo entretanto decorrido (na elaboração do projeto), foi necessário celebrar uma primeira Adenda ao Contrato, reforçando os recursos financeiros afetos ao mesmo para o valor de cento e vinte mil cento e vinte e cinco euros e trinta e oito cêntimos (120.125€,38€) mais IVA; -----

--- d) Em janeiro dois mil e vinte seis, a Junta de Freguesia, na preparação para o lançamento da empreitada realizou uma consulta preliminar ao mercado de acordo com o artigo trinta e cinco -A do Código dos Contratos Públicos, da qual resultou uma nova estimativa orçamental para a obra; -----

--- e) Após a necessária atualização da estimativa orçamental prevista para a obra pelo projetista externo contratualizado pela Junta de Freguesia, esta remeteu em março de dois

ATA Nº. 06/2025–2029
Sessão de 30 de Abril de 2026

mil e vinte seis a nova estimativa, agora no valor de duzentos e dez mil e noventa euros e oitenta e seis cêntimos (210.090,86€) mais IVA; -----

--- f) Torna-se assim necessário a realizar uma segunda Adenda ao Contrato Interadministrativo Específico de Delegação de Competências outorgado em dois de agosto de dois mil e vinte e três entre o Município de Santarém e a Freguesia de Almoster, dado que haverá alteração ao montante dos recursos financeiros a transferir para a freguesia oitenta e nove mil novecentos e sessenta e cinco euros e quarenta e oito cêntimos (89.965,48€) acrescido de IVA, para a realização da obra em causa; -----

--- g) A Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais (Lei número cinquenta barra dois mil e dezoito, de dezasseis de agosto, através do seu artigo vigésimo nono, conjugado com o regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, nomeadamente os artigos cento e dezasseis a cento e vinte e três e o artigo cento e trinta e um), prevê que a concretização da delegação de competências entre os órgãos do município e os órgãos das freguesias, pode efetuar-se em todos os domínios dos interesses próprios das respetivas populações, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais, através de contrato interadministrativo; -----

--- h) Nos termos do artigo cento e vinte do Anexo um à Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, outra forma de concretização de delegação de competências, que não seja através da celebração de contratos interadministrativo, é nula;

--- i) A câmara municipal e as juntas de freguesia poderão, pontualmente, estabelecer acordos para a realização de investimentos constantes nas Grandes Opções do Plano municipais, mas que se considerem mais vantajosas, do ponto de vista económico e da eficiência, serem praticados pela junta de freguesia; -----

--- j) As partes consideram ser desnecessária a promoção de estudos que demonstrem o cumprimento dos pressupostos estabelecidos no artigo cento e quinze do Anexo I da Lei que se vem citando, designadamente, pela não ocorrência de um aumento da despesa

ATA Nº. 06/2025–2029
Sessão de 30 de Abril de 2026

pública global, havendo a preocupação no aumento da eficiência da gestão dos recursos, assim como ganhos de eficácia do exercício das competências pela Junta de Freguesia, já que os recursos humanos e financeiros a afetar serão praticamente os mesmos, pois qualquer das autarquias para efetuar a requalificação em causa, em curto espaço de tempo, teria que forçosamente recorrer à contratação externa de empreitada, dada a insuficiência de recursos internos para o efeito; -----

--- k) A Junta de Freguesia, sob autorização da assembleia de freguesia, pode celebrar contratos de delegação de competências com a câmara municipal, no uso das competências previstas na alínea j), do número um do artigo dezasseis e da alínea g) do número um do artigo nove, ambos do Anexo um à Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro. -----

--- l) Compete à Câmara Municipal submeter à Assembleia Municipal, para efeitos de autorização, propostas de celebração de contratos de delegação de competências, nos termos previstos na alínea m) do número um do artigo trigésimo terceiro do Anexo um da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro; -----

--- m) Incumbe à Assembleia Municipal, nos termos da alínea da alínea k) do número um do artigo vinte e cinco do Anexo um da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a câmara municipal e as juntas de freguesia; -----

--- Assim, dando sequência à deliberação camarária tomada, por unanimidade, em reunião de treze de abril de dois mil e vinte seis, **cabe-me propor à Exma. Assembleia Municipal de Santarém que**, nos termos das disposições conjugadas do artigo vigésimo terceiro, da alínea k) do número um do artigo vinte e cinco, das alíneas m) e ee) do número um do artigo trinta e três, dos artigos cento e dezasseis a cento e vinte e três, e artigo cento e trinta e um, todos da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, publicados no seu Anexo um, aprove o seguinte: -----

--- A celebração da segunda Adenda do Contrato Interadministrativo Específico de Delegação de Competências entre o Município de Santarém e a Freguesia de Almoster

ATA Nº. 06/2025–2029
Sessão de 30 de Abril de 2026

com vista à realização da obra de “Requalificação do espaço exterior da Escola EB1 de Almoester “; -----

--- - A atualização dos recursos financeiros necessários para o efeito, mediante a transferência para a Freguesia de Almoester do valor total estimado de duzentos e vinte e dois mil seiscentos e noventa e seis euros e trinta e um cêntimos (222.696,31€) duzentos e dez mil e noventa euros e oitenta e seis cêntimos (210.090,86€) mais IVA, referente à obra; -----

--- - A aprovação da minuta da segunda adenda do Contrato Interadministrativo Específico de Delegação de Competências (CIA) outorgado em dois de agosto de dois mil e vinte e três entre o Município de Santarém e a Freguesia de Almoester, que anexo”. -----

--- Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de Celebração da segunda Adenda ao Contrato Interadministrativo Específico de Delegação de Competências (CIA) outorgado em dois de agosto de dois mil e vinte e três entre o Município de Santarém e a Freguesia de Almoester – Obra: Requalificação do espaço exterior da Escola EB1 de Almoester**, nos termos da alínea k) do número um do artigo vinte e cinco, do Anexo I, à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, tendo sido deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

--- **PONTO CATORZE – CONCRETIZAÇÃO DA DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS PARA AS FREGUESIAS – PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM NOS TERMOS DOS NÚMEROS TRÊS E QUATRO DO ARTIGO SEGUNDO DO DECRETO-LEI NÚMERO CINQUENTA E SETE/DOIS MIL E DEZANOVE, DE TRINTA DE ABRIL.**-----

--- Pela Câmara foi presente a proposta número vinte e nove/dois mil e vinte e seis: -----

--- “Considerando que: -----

--- I. A Lei número cinquenta/dois mil e dezoito, de dezasseis de agosto, que aprovou a Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, dispõe no seu número dois do artigo trinta e oito a transferência das novas

ATA Nº. 06/2025–2029
Sessão de 30 de Abril de 2026

competências para os órgãos das Freguesias pelos municípios. -----

--- II. O Decreto-Lei número cinquenta e sete/dois mil e dezanove, de trinta de abril, de âmbito sectorial que concretiza a transferência de competências dos municípios para os órgãos das Freguesias, determina no número um do seu artigo dois, que é da competência dos órgãos das Freguesias: -----

--- a) **A gestão e manutenção de espaços verdes;** -----

--- b) **A limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros;** -----

--- c) **A manutenção, reparação e substituição do mobiliário urbano instalado no espaço público, com exceção daquele que seja objeto de concessão;** -----

--- d) **A gestão e manutenção corrente de feiras e mercados;** -----

e) A realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico; -----

--- f) **A manutenção dos espaços envolventes dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico;** -----

--- g) **A utilização e ocupação da via pública;** -----

--- h) **O licenciamento da afixação de publicidade de natureza comercial, quando a mensagem está relacionada com bens ou serviços comercializados no próprio estabelecimento ou ocupa o domínio público contíguo à fachada do mesmo;** -----

--- i) **A autorização da atividade de exploração de máquinas de diversão;** -----

--- j) **A autorização da colocação de recintos improvisados;** -----

--- k) **A autorização da realização de espetáculos desportivos e divertimentos na via pública, jardins e outros lugares públicos ao ar livre, desde que estes se realizem exclusivamente na sua área de jurisdição;** -----

--- l) **A autorização da realização de acampamentos ocasionais;** -----

--- m) **A autorização da realização de fogueiras e do lançamento e queima de artigos pirotécnicos, designadamente foguetes e balonas, bem como a autorização ou receção das comunicações prévias relativas a queimas e queimadas.** -----

--- III. A assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, pode deliberar manter

ATA Nº. 06/2025–2029
Sessão de 30 de Abril de 2026

no âmbito de intervenção do município as competências referidas no ponto anterior, no todo ou em parte, que se revelem indispensáveis para a gestão direta pelo município e tenham natureza estruturante para o município ou para a execução de missões de interesse geral e comum a toda ou a uma parte significativa do município (número três do artigo dois do Decreto-Lei cinquenta e sete/dois mil e dezanove de trinta de abril). -----

--- IV. No caso em referência, a proposta da câmara municipal apresentada à assembleia municipal é acompanhada do parecer de cada uma das juntas de freguesia em causa, as quais têm dez dias úteis para se pronunciar após a notificação efetuada para esse efeito pela câmara municipal (número quatro do artigo dois do Decreto-Lei cinquenta e sete/dois mil e dezanove de trinta de abril). -----

--- V. Esta deliberação da assembleia municipal não carece de renovação anual, mantendo-se válida até que se decida rever a referida deliberação. (FAQ Número dez sobre descentralização e transferência de recursos do Gabinete do Secretário de Estado das Autarquias Locais). -----

--- VI. Assim, face ao supra exposto e tendo em consideração que: -----

--- ➤ Em vinte e nove de abril de dois mil e vinte e dois a assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, deliberou na sua sessão: -----

--- ✓ Manter no âmbito de intervenção do Município as competências constantes nas alíneas d), g), h), i), j), k), l) e m) do número um, do artigo dois do Decreto-Lei cinquenta e sete/dois mil e dezanove, de trinta de abril e transferir para o âmbito de intervenção das Freguesias rurais do Concelho as restantes competências elencadas no número um do artigo dois do Decreto-Lei cinquenta e sete/dois mil e dezanove de trinta de abril, ou seja, as constantes nas alíneas a), b), c), e) e f);-----

--- ✓ Manter no âmbito de intervenção do Município as competências constantes das alíneas b), c), d), g), h), i), j), k), l) e m) do número um, do artigo dois do Decreto-Lei cinquenta e sete/dois mil e dezanove, de trinta de abril e transferir para o âmbito de intervenção da União de Freguesias Cidade de Santarém as restantes competências

ATA Nº. 06/2025–2029
Sessão de 30 de Abril de 2026

elencadas no número um do artigo dois do Decreto-Lei cinquenta e sete/dois mil e dezanove de trinta de abril, ou seja, as constantes nas alíneas a) - neste caso, restrita aos espaços verdes acordados entre as autarquias e elencados no Auto a celebrar -, e) e f), bem como atualizar os recursos a transferir relativamente a todas as competências transferidas;

--- ➤ Em vinte e sete de fevereiro de dois mil e vinte e seis a assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, deliberou na sua sessão: -----

--- ✓ Manter no âmbito de intervenção do município, as competências elencadas nas alíneas d), g), h), i), j), k), l) e m) do número um do artigo dois do Decreto-Lei cinquenta e sete/dois mil e dezanove de trinta de abril, e transferir para o âmbito de intervenção das novas freguesias, Freguesia de São Vicente do Paúl e da Freguesia de Vale de Figueira, as restantes competências elencadas no número um do artigo dois do Decreto-Lei cinquenta e sete/dois mil e dezanove de trinta de abril, ou seja, as constantes nas alíneas a), b), c), e) e f); -----

--- VII. Perante um novo mandato autárquico foi decidido realizar uma nova negociação com as freguesias do Concelho; -----

--- VIII. Ao auscultar novamente as freguesias, estas, manifestaram a sua concordância em manter no seu âmbito as competências já anteriormente transferidas por via do “Contrato de transferência de competências e Auto de transferência de recursos” celebrados em julho de dois mil e vinte e dois, sendo atualizados, no entanto, os recursos a transferir; -----

--- IX. No caso da Freguesia do Vale de Santarém, manteve-se a intenção de reversão parcial para o Município da competência de “gestão e manutenção de espaços verdes”, no que respeita ao espaço do “Jardim do Vale de Santarém”, o qual ficará sobre gestão direta do Município; -----

--- X. No caso da União de Freguesias de Romeira e Várzea, esta manteve a intenção de reversão parcial para o Município das competências de “limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros” e de “manutenção, reparação e substituição do mobiliário

ATA Nº. 06/2025–2029
Sessão de 30 de Abril de 2026

urbano” na Zona Industrial de Santarém, que ficará sobre gestão direta do Município; --

--- XI. A União de Freguesias da Cidade de Santarém, propôs que existisse alteração aos espaços verdes municipais acordados transferir no anterior auto de transferência, incluindo agora mais espaços municipais na competência de “gestão e manutenção de espaços verdes “constante da alínea a) do número um do artigo dois do Decreto-Lei cinquenta e sete/dois mil e dezanove de trinta de abril; -----

--- XII. No passado dia vinte e seis de março foram solicitados pareceres a todas as Juntas de Freguesia do Concelho, tendo sido rececionados os seus pareceres (positivos) de concordância com a proposta notificada pela Câmara Municipal, que se juntam ao presente processo.-----

--- Assim, dando sequência à deliberação camarária tomada, por, em reunião de vinte e sete de abril de dois mil e vinte e seis, cabe-me propor à Exma. Assembleia Municipal de Santarém que, nos termos da alínea ccc) do número um do artigo trinta e três do anexo um da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o número três do artigo segundo do Decreto-Lei número cinquenta e sete barra dois mil e dezanove, de trinta de abril, **autorize o seguinte:**-----

--- a) No que se refere às Freguesias Rurais do Concelho - Manter no âmbito de intervenção do Município as competências constantes nas alíneas d), g), h), i), j), k), l) e m) do número um do artigo segundo do Decreto-Lei número cinquenta e sete barra dois mil e dezanove, de trinta de abril e reverter parcialmente as competências mencionadas nos considerandos nove e dez da informação número onze mil oitocentos e setenta e três, de treze barra zero quatro, da Divisão de Gestão e Apoio às Freguesias no que às freguesias e locais aí mencionados diz respeito, dado que é a autarquia que possui melhores condições para o cumprimento das mesmas, nomeadamente considerando a existência de regulamentos municipais afetos a algumas matérias, bem como os necessários recursos humanos com conhecimentos técnicos para o efeito, evitando assim um aumento da despesa pública global prevista na sua concretização, e transferir para o âmbito de intervenção das Freguesias rurais do Concelho as restantes competências elencadas no

ATA Nº. 06/2025–2029
Sessão de 30 de Abril de 2026

número um do artigo segundo do Decreto-Lei número cinquenta e sete barra dois mil e dezanove, de trinta de abril, ou seja, as constantes nas alíneas a), b), c), e) e f), bem como atualizar os recursos a transferir relativamente a todas as competências transferidas; -----

--- b) No que se refere à União de Freguesias da Cidade de Santarém — manter no âmbito de intervenção do Município as competências constantes das alíneas b), c), d), g), h), i), j), k), l) e m) do número um do artigo segundo do Decreto-Lei número cinquenta e sete barra dois mil e dezanove, de trinta de abril, dado que é a autarquia que possui melhores condições para o cumprimento das mesmas, nomeadamente considerando a existência de regulamentos municipais afetos a algumas matérias, bem como os necessários recursos humanos com conhecimentos técnicos para o efeito, evitando assim um aumento da despesa pública global prevista na sua concretização, e transferir para o âmbito de intervenção da União de Freguesias da Cidade de Santarém as restantes competências elencadas no número um do artigo segundo do Decreto-Lei número cinquenta e sete barra dois mil e dezanove, de trinta de abril, ou seja, as constantes nas alíneas a) –neste caso, restrita aos espaços verdes acordados entre as autarquias e elencados no auto a celebrar–, e) e f), bem como atualizar os recursos a transferir relativamente a todas as competências transferidas”.-----

--- Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Concretização da descentralização de competências dos municípios para as freguesias – Proposta da Câmara Municipal de Santarém nos termos dos números três e quatro do artigo segundo do Decreto-Lei número cinquenta e sete barra dois mil e dezanove, de trinta de abril**, nos termos da alínea k) do número um do artigo vinte e cinco, do Anexo I, à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o Decreto-Lei número cinquenta e sete barra dois mil e dezanove, de trinta de abril, tendo sido deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

--- **PONTO QUINZE – PROPOSTA DE APROVAÇÃO DAS MINUTAS DOS CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS E DOS CONTRATOS DE TRANSFERÊNCIA DE**

ATA Nº. 06/2025–2029
Sessão de 30 de Abril de 2026

COMPETÊNCIAS E AUTO DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS A CELEBRAR COM AS FREGUESIAS DO CONCELHO DE SANTARÉM. -----

--- Pela Câmara foi presente a proposta número trinta/dois mil e vinte e seis: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária tomada, por unanimidade, em reunião de vinte e sete de abril de dois mil e vinte e seis, cabe-me propor à Exma. Assembleia Municipal de Santarém que, nos termos da alínea m) do número um do artigo trigésimo terceiro e da alínea k) do número um do artigo vigésimo quinto, ambos do Anexo I à Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, aprove as minutas dos contratos interadministrativos de delegação de competências a celebrar entre o Município de Santarém e as Freguesias do Concelho, que anexo, e que, nos termos das disposições conjugadas dos números dois e cinco do artigo trigésimo oitavo e do artigo trigésimo nono da Lei número cinquenta barra dois mil e dezoito, de dezasseis de agosto, bem como do articulado no Decreto-Lei número cinquenta e sete barra dois mil e dezanove, de trinta de abril, aprove as minutas dos contratos de transferência de competências e Autos de transferência de recursos a celebrar entre o Município de Santarém e as Freguesias do Concelho, que anexo”. -----

--- Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de aprovação das minutas dos Contratos interadministrativos de delegação de competências e dos Contratos de transferência de competências e Auto de Transferência de recursos a celebrar com as Freguesias do Concelho de Santarém**, nos termos da alínea k) do número um do artigo vinte e cinco, do Anexo I, à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, tendo sido deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

--- **PONTO DEZASSEIS – PROPOSTA DE REVOGAÇÃO DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO ESPECÍFICO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTARÉM E A UNIÃO DE FREGUESIAS DA CIDADE DE SANTARÉM – OBRA: “REQUALIFICAÇÃO DA COBERTURA E DAS CAIXILHARIAS DA ESCOLA**

ATA Nº. 06/2025–2029
Sessão de 30 de Abril de 2026

EB1 E JI DO PEREIRO”. -----

--- Pela Câmara foi presente a proposta número vinte e dois/dois mil e vinte e seis: -----

--- “Considerando que: -----

--- a) Em dois de julho de dois mil e vinte e cinco foi celebrado um Contrato Interadministrativo específico de Delegação de Competências (CIA) entre o Município de Santarém e a UF da Cidade de Santarém para a requalificação da cobertura e das caixilharias da escola EB1 e JI do Pereiro, na sequência da aprovação da sua minuta pelos órgãos deliberativos da Freguesia (vinte e sete de junho de dois mil e vinte e cinco) e do Município (trinta de junho de dois mil e vinte e cinco); -----

--- b) No passado dia dois de março, na reunião tida entre o Senhor Presidente da Câmara, o executivo da UF Cidade de Santarém, o Senhor Vereador das Obras Municipais, vários dirigentes municipais, designadamente a Senhora Diretora de Educação, o Senhor Diretor das Obras e a Senhora Chefe da Divisão de Apoio às Freguesias, foi decidido que a intervenção a realizar na Escola EB1/JI do Pereiro passará de uma reparação pontual nas caleiras (como anteriormente protocolado) para uma requalificação em larga escala da sua cobertura, aproveitando-se ainda o mesmo procedimento para intervir em coberturas de outros equipamentos escolares, dado o agravamento substancial destas infraestruturas na intempérie recentemente ocorrida, no âmbito da situação de calamidade; -----

--- c) Entretanto, irá ser tramitada a elaboração de projeto com vista a que essas intervenções sejam realizadas na interrupção letiva do próximo verão; -----

--- d) Concluído esse projeto pelos serviços municipais, irá ser celebrado um novo Contrato Interadministrativo com a UFCS, delegando nesta a contratualização das referidas obras; -----

--- e) Para viabilizar o novo financiamento, será necessário celebrar por mútuo acordo, um Acordo de Revogação do Contrato interadministrativo de Delegação de Competências (CIA) celebrado no passado dia dois de julho, permitindo assim a reafecção das verbas para um novo Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências (CIA) a celebrar entre as autarquias; -----

ATA Nº. 06/2025–2029
Sessão de 30 de Abril de 2026

--- f) A cláusula décima sétima do Contrato celebrado estatui que as partes outorgantes podem, por mútuo acordo, revogar o contrato, devendo, no entanto, a revogação obedecer à forma escrita. -----

--- g) Incumbe à Assembleia de Freguesia, sob proposta da Junta de Freguesia, nos termos da alínea g) do número um do artigo nono do Anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, autorizar a revogação de contratos de delegação de competências entre a câmara municipal e a junta de freguesia; -----

--- h) Incumbe à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos da alínea l) do número um do artigo vinte e cinco do Anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, autorizar a revogação de contratos de delegação de competências; -----

--- Assim, dando sequência à deliberação camarária tomada, por unanimidade, em reunião de treze de abril de dois mil e vinte e seis, cabe-me propor à Exma. Assembleia Municipal de Santarém que, nos termos da alínea l) do número um do artigo vinte e cinco do Anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, autorize a revogação do Contrato Interadministrativo Específico de Delegação de Competências, celebrado entre o Município de Santarém e a União de Freguesias da Cidade de Santarém para a obra de requalificação da cobertura e das caixilharias da escola EB1 e JI do Pereiro, em dois de julho de dois mil e vinte e cinco, e aprove a minuta de acordo de revogação do referido contrato a assinar pelo Município de Santarém e a União de Freguesias da Cidade de Santarém, que anexo”. -----

--- Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de Revogação do Contrato Interadministrativo Específico de Delegação de Competências, celebrado entre o Município de Santarém e a União de Freguesias da Cidade de Santarém – Obra: “Requalificação da cobertura e das caixilharias da escola EB1 e JI do Pereiro”**, nos termos da alínea l) do número um do artigo vinte e cinco, do Anexo I, à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, tendo sido deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

---PONTO DEZASSETTE – PROPOSTA EXECUÇÃO DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO (CIA) ESPECÍFICO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTARÉM E A UNIÃO DE FREGUESIAS DA CIDADE DE SANTARÉM EM UM DE AGOSTO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS - OBRA: “REQUALIFICAÇÃO DA RUA DEZANOVE DE MARÇO – PORTELA DAS PADEIRAS” – REVISÃO DE PREÇOS.-----

--- Pela Câmara foi presente a proposta número vinte e oito/dois mil e vinte e seis:-----

--- “Dando sequência à deliberação camarária tomada na reunião de vinte e sete de abril de dois mil e vinte e seis, cabe-me propor à Exma. Assembleia Municipal de Santarém que, nos termos da alínea a) do número dois do artigo vinte e cinco da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze de doze de setembro (RJAL), aprecie a execução do Contrato Interadministrativo Específico de Delegação de Competências celebrado entre o Município de Santarém e a União de Freguesias da Cidade de Santarém em um de agosto de dois mil e vinte e três - Obra: «Requalificação da Rua Dezanove de Março - Portela das Padeiras» - Revisão de Preços, que anexo”.-----

--- Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta Execução do Contrato Interadministrativo (CIA) Específico de Delegação de Competências celebrado entre o Município de Santarém e a União de Freguesias da Cidade de Santarém em um de agosto de dois mil e vinte e três - Obra: “Requalificação da Rua Dezanove de Março – Portela das Padeiras” – Revisão de Preços**, nos termos da alínea a) do número dois do artigo vinte e cinco, do Anexo I, à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, tendo sido deliberado **aprovar por unanimidade. -----**

--- PONTO DEZOITO – PROPOSTA RELATÓRIO GLOBAL DE ANÁLISE DA EXECUÇÃO DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS MUNICIPAIS NAS FREGUESIAS DO CONCELHO (ANO DOIS MIL E VINTE E CINCO) - CONTROLO DA REGULARIDADE DA APLICAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS

ATA Nº. 06/2025–2029
Sessão de 30 de Abril de 2026

MUNICIPAIS.-----

--- Pela Câmara foi presente a proposta número vinte e três/dois mil e vinte e seis: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária tomada na reunião de vinte e sete de abril de dois mil e vinte e seis, cabe-me propor à Exma. Assembleia Municipal de Santarém que, nos termos da alínea a) do número dois do artigo vinte e cinco da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze de doze de setembro (RJAL), aprecie a execução do Contrato Interadministrativo Específico de Delegação de Competências celebrado entre o Município de Santarém e a União de Freguesias da Cidade de Santarém em um de agosto de dois mil e vinte e três - Obra: «Requalificação da Rua Dezanove de Março - Portela das Padeiras» - Revisão de Preços, que anexo”.-----

--- Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta Relatório global de análise da execução da delegação de competências municipais nas Freguesias do Concelho (Ano dois mil e vinte e cinco) - Controlo da regularidade da aplicação das transferências municipais**, nos termos da alínea a) do número dois do artigo vinte e cinco, do Anexo I, à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, tendo sido deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

--- **PONTO DEZANOVE – PROPOSTA CARTA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM – RELATÓRIO FINAL.** -----

--- Pela Câmara foi presente a proposta número dezoito/dois mil e vinte e seis: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária tomada, por unanimidade, em reunião de trinta de março de dois mil e vinte e seis, cabe-me propor à Exma. Assembleia Municipal de Santarém que, nos termos do número três do artigo quarto do Decreto-Lei número cinquenta e cinco/dois mil e vinte, de doze de agosto, que aprove a Carta Social do Município de Santarém - Relatório Final, que anexo”.-----

--- Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta Carta Social do Município de Santarém – Relatório Final**, nos termos do número três do artigo quarto do Decreto-Lei número cinquenta e cinco/dois mil

ATA Nº. 06/2025–2029
Sessão de 30 de Abril de 2026

e vinte, de doze de agosto, tendo sido deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

--- **PONTO VINTE – PROPOSTA DE REGULAMENTO DA HABITAÇÃO DE PROMOÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SANTARÉM**.-----

--- Pela Câmara foi presente a proposta número catorze/dois mil e vinte e seis:-----

--- “Dando sequência à deliberação camarária tomada, por maioria, com oito votos a favor dos senhores Presidente e Vereadores da AD – Coligação PSD/CDS e dos senhores Vereadores do Partido Socialista e um voto contra do senhor Vereador do Partido CHEGA, em reunião de dezasseis de março de dois mil e vinte e seis, cabe-me propor à Exma. Assembleia Municipal de Santarém que, ao abrigo da alínea g) do número um do artigo vinte e cinco do Anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze de doze de setembro, aprecie e aprove o texto regulamentar do Regulamento da Habitação de Promoção Pública do Município de Santarém, que anexo”. -----

--- A senhora **Deputada Rita Correia** referiu que os critérios de acesso à habitação se encontram claramente definidos no regulamento, não lhe parecendo que possam ser contestados ou que exista qualquer falta de transparência.-----

--- Esclareceu que a única questão em causa reside precisamente na matéria que motivou uma troca de ideias entre si e a Senhora Vereadora, relacionada com a política de habitação prosseguida pelos governos de direita e com o facto de a Câmara Municipal de Santarém dispor efetivamente de instrumentos que permitiriam regular o custo da habitação, optando, contudo, por não os utilizar. -----

--- Acrescentou que os mecanismos de acesso à habitação social se revelam manifestamente insuficientes para responder às necessidades da população. Reiterou que, independentemente da opinião segundo a qual o mercado resolve todas as situações, a realidade demonstra que pessoas que vivem do salário mínimo e até do salário médio não têm capacidade para suportar a aquisição de uma habitação no valor de trezentos mil euros. Retomando o exemplo referido na sua anterior intervenção, afirmou que, apesar de reconhecer que o regulamento constitui efetivamente um bom instrumento, o qual saudou e relativamente ao qual anunciou voto favorável, considera que aquilo que falta na cidade

ATA Nº. 06/2025–2029
Sessão de 30 de Abril de 2026

são políticas efetivas de habitação que permitam às pessoas aceder a uma habitação digna.

--- A senhora **Vereadora Teresa Ferreira** manifestou satisfação pelo facto de existir concordância quanto ao teor do regulamento, referindo que o mesmo foi efetivamente objeto de trabalho e desenvolvimento. Salientou que a habitação social constitui uma área em que o Município tem vindo a intervir, referindo existirem atualmente algumas centenas de habitações disponíveis no mercado e algumas famílias ainda em lista de espera, apesar de os recursos serem limitados. -----

Acrescentou que uma realidade consiste em cuidar de quem necessita, responsabilidade que o Município assume, e outra consiste em permitir o funcionamento do mercado, da concorrência e da livre iniciativa, considerando que uma situação não exclui a outra. Defendeu que as pessoas que necessitam devem ser apoiadas em conformidade com o regulamento existente e sublinhou que a habitação social não substitui a oferta habitacional disponibilizada pelo mercado.-----

--- A senhora **Deputada Rita Correia** referiu que, entre as pessoas que apresentam necessidades identificadas e aquelas que dispõem de capacidade financeira para adquirir uma habitação no valor de trezentos mil euros, existe o cidadão português médio, que vive do seu salário e que não se encontra abrangido por nenhuma dessas situações. -----

Considerou que este constitui o verdadeiro problema, não apenas em Santarém, mas em todo o país. Entendeu que ignorar esta realidade representa apenas o adiamento da resolução do problema. Acrescentou que, entre a opção política de não interferir no mercado privado — opção que reconheceu como legítima — e as pessoas efetivamente necessitadas de habitação social, existe um número crescente de portugueses sem acesso a habitação. -----

--- Concluiu afirmando que a sua preocupação incide precisamente sobre essas pessoas: aquelas que não se encontram em situação social suficientemente grave para serem consideradas casos sociais, mas que também não dispõem de capacidade financeira para assumir endividamento ou suportar a aquisição de uma habitação, nomeadamente um T1 no valor de trezentos mil euros. -----

ATA Nº. 06/2025–2029
Sessão de 30 de Abril de 2026

--- Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de Regulamento da Habitação de Promoção Pública do Município de Santarém**, nos termos da alínea g) do número um do artigo vinte e cinco, do Anexo I, à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, tendo sido deliberado **aprovar por maioria**, quarenta votos a favor, um voto contra e três abstenções. -----

--- Pela senhora **Cláudia Lobo** foi proferida a seguinte Declaração de Voto: -----

--- “Voto contra o Ponto Vinte, relativo à aprovação final do Regulamento da Habitação de Promoção Pública do Município de Santarém. Este voto contra é, desde logo, coerente com a posição já assumida pelo vereador do CHEGA na reunião de Câmara de dezasseis de março de dois mil e vinte e seis. -----

--- E voto contra por uma razão simples: este regulamento ficou aquém do que era exigível numa matéria tão séria como a habitação pública. -----

--- O Município apresenta um texto que, na prática, se limita em larga medida a reproduzir o regime geral, assente na Lei número oitenta e um/dois mil e catorze e no modelo de atribuição por concurso por classificação, com base numa matriz de ponderação. Mas, quando se trata de proteger o património público, de garantir regras firmes de acesso e permanência, e de assegurar maior exigência na atribuição de habitação municipal, o regulamento revela falta de ambição. -----

--- É isso que se vê, por exemplo, no regime dos despejos, previsto no artigo trinta e sete, e no regime das ocupações sem título, previsto no artigo quadragésimo quarto. O regulamento regula estas matérias, é certo, mas fá-lo sem a densidade e a firmeza que seriam exigíveis num contexto em que a habitação pública deve ser acompanhada de responsabilidade, cumprimento de regras e defesa clara do interesse municipal. -----

--- Também no plano da elegibilidade e da seleção o regulamento é insuficiente. O artigo décimo remete para uma matriz de classificação e o artigo décimo primeiro define critérios de atribuição e desempate, mas o texto não densifica fatores que, do ponto de vista do CHEGA, deviam merecer ponderação mais exigente na apreciação das candidaturas. ----

--- Além disso, o regulamento admite atribuição direta de habitação em situações

ATA Nº. 06/2025–2029
Sessão de 30 de Abril de 2026

excepcionais de desastres naturais, calamidades, vulnerabilidade e emergência social ou apoio a vítimas de violência doméstica. Ninguém discute a necessidade de acautelar situações limite. O problema é que, num regulamento já pouco exigente noutros aspetos, esta abertura aumenta ainda mais a margem de apreciação administrativa do Município.

Mais: o próprio texto reconhece que o parque habitacional municipal era de trezentos e duas habitações em dois mil e vinte quatro. Ou seja, estamos perante um recurso público escasso, limitado e especialmente sensível, que exigia um regulamento mais robusto, mais exigente e mais claro do que aquele que agora é apresentado. -----

--- Para o CHEGA, a habitação pública não pode ser tratada com ingenuidade. Deve servir quem realmente precisa, mas deve também afirmar deveres, responsabilidade, exigência e respeito pelo património municipal. E esse equilíbrio, no nosso entendimento, não ficou devidamente acautelado neste regulamento. -----

--- Em vez de um texto mais firme, mais ambicioso e mais ajustado à realidade, o executivo traz-nos um regulamento que fica demasiado aquém daquilo que Santarém precisava nesta matéria”.-----

--- **PONTO VINTE E UM – PROPOSTA DE CONSTITUIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PARA O MANDATO DOIS MIL E VINTE E CINCO/DOIS MIL E VINTE E NOVE.**-----

--- Pela Câmara foi presente a proposta número quinze/dois mil e vinte e seis: -----

--- “Dando sequência à deliberação camarária tomada, por unanimidade, em reunião de dezasseis de março de dois mil e vinte e seis, cabe-me propor à Exma. Assembleia Municipal de Santarém que, nos termos do disposto artigo cinquenta e oito, do Decreto-Lei número vinte e um/dois mil e dezanove, de trinta de janeiro, conjugado com a alínea mm) do número um do artigo trinta e três do Anexo I à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, delibere aprovar a proposta de Constituição do Conselho Municipal de Educação para o mandato dois mil e vinte e cinco/dois mil e vinte e nove, em conformidade com o exposto no registo interno número três mil e noventa e sete, de cinco de março de dois mil e vinte e seis, da Divisão de Educação, Desporto e Juventude,

ATA Nº. 06/2025–2029
Sessão de 30 de Abril de 2026

que se anexa”. -----

--- Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de Constituição do Conselho Municipal de Educação para o mandato dois mil e vinte e cinco/dois mil e vinte e nove**, nos termos da alínea s) do número um do artigo vinte e cinco, do Anexo I, à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o disposto artigo cinquenta e oito, do Decreto-Lei número vinte e um/dois mil e dezanove, de trinta de janeiro, tendo sido deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

--- **PONTO VINTE E DOIS – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE “VOTOS, MOÇÕES OU RECOMENDAÇÕES, APRESENTADAS NOS TERMOS DO ARTIGO QUARENTA E SEIS DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM**.-----

--- Pelo senhor **José Magalhães**, da bancada do PS, foi apresentada a seguinte **Moção “Poder Local e Proteção das Populações”**: -----

--- “A evocação de Vinte e Cinco de Abril de mil novecentos e setenta e quatro nesta Assembleia que reflete a expressão política dos munícipes do nosso Concelho, deve, para além da solenidade, refletir a realidade, assinalar dificuldades e identificar políticas e estratégias. É isso que os munícipes esperam de todos nós.-----

--- O Poder Local, consolidado no quadro democrático pós Vinte e Cinco de Abril e institucionalizado com as primeiras eleições autárquicas de doze de dezembro de mil novecentos e setenta e seis, afirmou-se desde então como uma estrutura de proximidade essencial à proteção das populações. -----

--- Em dois mil e vinte e seis assinalamos igualmente os cinquenta anos da Constituição da República Portuguesa, que consagrou a descentralização administrativa, a autonomia do poder local e o princípio da regionalização processo que permanece por concretizar, tal como previsto no texto constitucional. -----

--- Num contexto marcado pela intensificação dos fenómenos climáticos extremos, a proteção das populações exige respostas planeadas, técnicas e operacionais. -----

ATA Nº. 06/2025–2029
Sessão de 30 de Abril de 2026

--- Exige planos de contingência atualizados, sistemas de alerta eficientes, formação contínua e coordenação permanente com os agentes de proteção civil. -----

--- Exige, sobretudo, capacidade de garantir segurança, apoio imediato e resiliência territorial. -----

--- É neste enquadramento que, ao abrigo do artigo quadragésimo sexto do Regimento, o Grupo Municipal do Partido Socialista apresenta a **Moção “Poder Local e Proteção das Populações”**, propondo: -----

--- **Um.** Reafirmar que a Autarquia deve orientar a sua comunicação e a sua ação para a salvaguarda das populações, promovendo abordagens técnicas, preventivas e operacionais que respondam às necessidades reais do território, não apenas no plano da reflexão institucional, mas também através da implementação de estratégias concretas de preparação e resposta. -----

--- **Dois.** Destacar a necessidade de reforçar a capacidade de resposta da Autarquia em situações de emergência, carência e risco, garantindo meios humanos, logísticos e tecnológicos adequados. -----

--- **Três.** Determinar a atualização e consolidação dos planos de contingência para catástrofes naturais, assegurando a sua articulação com os planos municipais de emergência e com os agentes de proteção civil. -----

--- **Quatro.** **Promover ações de sensibilização e preparação comunitária que reforcem a pedagogia da autoproteção e dos comportamentos de segurança, articuladas com a proteção institucional assegurada pelos serviços municipais e pelos agentes de proteção civil, com especial atenção às zonas e grupos populacionais mais vulneráveis, remetendo esta moção às entidades competentes para reforço dessa cultura de resiliência.** -----

--- **Viva o Poder Local.**-----

--- **Viva o Vinte e Cinco de Abril”.** -----

--- O senhor **Deputado José Magalhães** apresentou a moção em epígrafe, referindo que a abordagem adotada para a celebração do Vinte Cinco de Abril foi propositadamente

ATA Nº. 06/2025–2029
Sessão de 30 de Abril de 2026

diferente, procurando não apenas assinalar e exaltar a data, mas também retirar dela efeitos práticos. Salientou a importância do poder local na resolução de problemas concretos, nomeadamente perante situações recentes de catástrofe e calamidade, que evidenciaram fragilidades ao nível da preparação e resposta. -----

--- Explicou que a moção pretende constituir um alerta para a necessidade de reforçar o papel prático do poder local, através da responsabilização das autarquias e da capacitação das populações, em articulação com as entidades de proteção civil. Destacou ainda a importância da sensibilização dos cidadãos para assumirem responsabilidades relativamente ao ambiente e à sua comunidade, evitando uma excessiva dependência das autoridades. -----

--- Referiu ainda que a moção assinala igualmente o quinquagésimo aniversário da Constituição da República Portuguesa, sublinhando a consagração do poder local no texto constitucional, defendendo uma aplicação prática e próxima das populações, para que o poder local seja uma realidade efetiva e não apenas simbólica. -----

--- O senhor **Deputado Pedro Melo** manifestou concordância com a moção apresentada, considerando, contudo, que as fragilidades identificadas não constituem apenas um problema do poder local, mas também uma questão de âmbito nacional relacionada com a falta de planeamento, organização e capacidade de resposta. Defendeu que os acontecimentos recentes demonstram que ainda existe muito trabalho a desenvolver, apelando a um esforço coletivo para melhorar a preparação e a resposta futura. -----

--- Dada a ausência de mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a **Moção** em epígrafe a votação, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

--- Pela senhora **Rita Correia**, da CDU, foi apresentada a seguinte **Saudação “Cinquenta de Dois Anos do Vinte e Cinco de Abril”**: -----

--- “O dia vinte e cinco de abril de mil novecentos e setenta e quatro constitui um dos momentos maiores da história contemporânea e um dos mais altos momentos da nossa vida coletiva, tendo permitido a conquista da liberdade, da democracia e dos direitos fundamentais que hoje estruturam a nossa sociedade. -----

ATA Nº. 06/2025–2029
Sessão de 30 de Abril de 2026

--- Passados cinquenta e dois anos, importa não apenas assinalar esta data, mas também reafirmar o seu significado profundo, num contexto em que persistem desafios sociais, económicos e políticos que exigem a defesa ativa dos valores conquistados em Abril. ---

--- A liberdade, a participação democrática, a justiça social, o acesso a serviços públicos de qualidade e a dignidade no trabalho continuam a ser pilares essenciais que devem ser preservados e aprofundados. -----

--- Assim, **a Assembleia Municipal de Santarém delibera:**-----

--- – Saudar o cinquenta e dois aniversário do Vinte e Cinco de Abril e o inestimável património de transformações económicas, sociais, culturais e políticas que o materializam; -----

--- – Valorizar o conjunto de iniciativas populares que foram realizadas no concelho de Santarém, num amplo esforço do poder local e do movimento associativo popular, nomeadamente a Comissão das Comemorações Populares do Vinte e Cinco de Abril de Santarém -----

--- – Reforçar o compromisso com os valores de Abril, designadamente a liberdade, a democracia participativa, a igualdade de direitos e a justiça social, combatendo desigualdades, defendendo os serviços públicos e valorizando o trabalho e os trabalhadores”. -----

--- A senhora **Deputada Rita Correia** apresentou a saudação em epígrafe alusiva ao quinquagésimo segundo aniversário do Vinte e Cinco de Abril de mil novecentos e setenta e quatro, considerando tratar-se de um dos momentos mais marcantes da história contemporânea portuguesa, responsável pela conquista da liberdade, democracia e direitos fundamentais. Referiu a importância de reafirmar os valores de Abril, designadamente a liberdade, a participação democrática, a justiça social, o acesso a serviços públicos de qualidade e a dignidade no trabalho. -----

--- Aludiu que a proposta visava saudar o quinquagésimo segundo aniversário do Vinte e Cinco de Abril e o património de transformações sociais, económicas, culturais e políticas dele resultantes, valorizar as iniciativas populares desenvolvidas no concelho de Santarém,

ATA Nº. 06/2025–2029
Sessão de 30 de Abril de 2026

nomeadamente pela Comissão das Comemorações Populares do Vinte e Cinco de Abril em Santarém, e reforçar o compromisso com os valores da liberdade, democracia participativa, igualdade de direitos e justiça social. -----

--- O senhor **Deputado Paulo Bolrão** justificou o voto contra do Grupo Municipal do Chega, esclarecendo que tal posição não resultava de uma desvalorização do Vinte e Cinco de Abril, mas da convicção de que a consolidação da democracia portuguesa ficou igualmente marcada pelo Vinte e Cinco de Novembro de mil novecentos e setenta e cinco. Defendeu que a moção apresentava uma visão incompleta da história democrática do país, considerando que a celebração da democracia deve integrar todos os momentos relevantes da sua consolidação. -----

--- O senhor **Deputado Pedro Melo** anunciou a abstenção do seu grupo municipal, esclarecendo que a posição assumida não se prendia com a referência ao Vinte e Cinco de Novembro, dado que esta Assembleia tem aprovado moções alusivas a essa data. Referiu, contudo, que a proposta enfatizava excessivamente a valorização dos trabalhadores, considerando que deveria igualmente reconhecer o contributo dos empresários, patrões, profissionais liberais e iniciativa privada para o desenvolvimento do país, considerando a sua intervenção declaração de voto. -----

--- Em resposta, a senhora **Deputada Rita Correia** esclareceu que a moção se centrava naturalmente no Vinte e Cinco de Abril, por se tratar da data em celebração, e recordou que a Revolução permitiu avanços significativos nos direitos dos trabalhadores, nomeadamente através do direito à greve, da livre organização sindical, da criação do salário mínimo e da melhoria das condições de trabalho. -----

--- Dada a ausência de mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a **Saudação** em epígrafe a votação, tendo sido **aprovada por maioria**, com trinta e oito votos a favor, quatro votos contra e duas abstenções. -----

--- Pela senhora **Rita Correia**, da CDU, foi apresentada a seguinte **Saudação “Cinquenta Anos da Constituição da República Portuguesa”**. -----

--- “A Constituição da República Portuguesa (CRP), aprovada a dois de Abril de mil

ATA Nº. 06/2025–2029
Sessão de 30 de Abril de 2026

novecentos e setenta e seis, cujo quinquagésimo aniversário agora comemoramos consagra as grandes conquistas alcançadas com a Revolução de Abril de Mil Novecentos e Setenta e Quatro que, após quarenta e oito anos de ditadura fascista, restituiu a liberdade ao povo português e abriu caminho à construção de um regime democrático assente na vontade popular, na participação cívica e na defesa dos direitos fundamentais. -----

--- A Constituição da República Portuguesa traduz os anseios e as conquistas de Abril, consagrando um vasto conjunto de direitos políticos, económicos, sociais e culturais. A igualdade de todos os cidadãos perante a lei, a não discriminação, as liberdades de expressão, reunião, manifestação, associação, a liberdade sindical e o direito à greve, bem como os direitos à saúde, à educação, ao trabalho com direitos, à segurança social, à cultura e ao desporto, constituem pilares essenciais da democracia portuguesa. -----

--- A CRP define igualmente a organização do Estado e as funções dos órgãos de soberania, das regiões autónomas e das autarquias locais, consagrando o Poder Local Democrático como parte integrante do regime democrático, dotado de autonomia administrativa e financeira, plural, colegial e participada. Define as autarquias locais, como pessoas coletivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respetivas. E que no continente as autarquias locais são as freguesias, os municípios e as regiões administrativas. -----

--- Ao longo destes cinquenta anos, as autarquias locais foram decisivas na melhoria das condições de vida das populações, na promoção do desenvolvimento local e na resolução de problemas estruturais, muitas vezes ultrapassando as suas competências e meios disponíveis. -----

--- Apesar da sua relevância constitucional e social, o Poder Local Democrático tem sido alvo de sucessivos ataques à sua autonomia, nomeadamente através de alterações ao regime jurídico e financeiro das autarquias, do bloqueio à concretização da regionalização constitucionalmente consagrada e do processo de extinção e fusão de freguesias, imposto contra a vontade das populações. -----

--- Defender o Poder Local Democrático, é garantir desenvolvimento sustentado,

ATA Nº. 06/2025–2029
Sessão de 30 de Abril de 2026

qualidade de vida, coesão social e territorial. É cumprir as funções sociais do Estado, rejeitar o subfinanciamento, a descaracterização do Poder Local através da transferência de encargos sem meios adequados, bem como a ingerência tutelar que o reduz, em parte, a mero executor técnico de opções que muitas das vezes lhe são alheias. -----

--- Defender o Poder Local Democrático, constitui uma exigência democrática e constitucional. -----

--- Assim, **a Assembleia Municipal de Santarém delibera:** -----

--- – Saudar o quinquagésimo aniversário da Constituição da República Portuguesa, bem como as profundas transformações económicas, sociais e culturais promovidas pelo Poder Local Democrático ao longo destas cinco décadas; -----

--- – Reafirmar a importância do Poder Local Democrático como conquista fundamental de Abril, pilar do regime democrático e instrumento essencial de participação popular e de desenvolvimento local; -----

--- – Inscrever a concretização da regionalização como elemento essencial para o desenvolvimento e progresso locais e a defesa da autonomia local, cumprindo o que a Constituição da República Portuguesa consagra”.-----

--- A senhora **Deputada Rita Correia** apresentou a moção em epígrafe alusiva ao quinquagésimo aniversário da Constituição da República Portuguesa, aprovada a dois de abril de mil novecentos e setenta e seis, destacando-a como uma das principais conquistas decorrentes da Revolução de Abril, após quarenta e oito anos de ditadura. Sublinhou o papel do poder local democrático ao longo das últimas cinco décadas na melhoria das condições de vida das populações, no desenvolvimento local e na resolução de problemas estruturais.-----

--- Referiu ainda a importância de defender o poder local democrático, rejeitando situações de subfinanciamento, transferência de encargos sem os meios adequados e formas de descaracterização da sua autonomia. A proposta apresentada visava saudar o quinquagésimo aniversário da Constituição da República Portuguesa, reafirmar a importância do poder local enquanto conquista de Abril e defender a concretização da

ATA Nº. 06/2025–2029
Sessão de 30 de Abril de 2026

regionalização como elemento essencial ao desenvolvimento e à autonomia local.-----

--- O senhor **Deputado Jorge Rodrigues** informou que a bancada do PSD se associava à evocação do quinquagésimo aniversário da Constituição da República Portuguesa, reconhecendo igualmente o papel das autarquias locais no desenvolvimento dos territórios. Contudo, relativamente à referência à regionalização, considerou que, apesar de constitucionalmente prevista, a sua concretização exige amplo consenso nacional e legitimação democrática, razão pela qual a bancada optaria pela abstenção.-----

--- O senhor **Deputado Pedro Melo** declarou acompanhar a posição expressa pelo Deputado Jorge Rodrigues quanto à valorização da Constituição e do poder local, esclarecendo, contudo, que a discordância relativamente à regionalização determinava o voto contra da sua bancada.-----

--- O senhor **Deputado José Magalhães** declarou que iria votar favoravelmente a saudação em apreço, defendendo que a referência à regionalização traduz a necessidade de cumprimento das disposições constitucionais, reconhecendo, contudo, que o processo exige etapas e procedimentos próprios até à sua concretização.-----

--- Dada a ausência de mais intervenções, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a **Saudação** em epígrafe a votação, tendo sido **aprovada por maioria**, com dezanove votos a favor, seis votos contra e dezassete abstenções.-----

--- Esgotada a Ordem de Trabalhos, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberto, nos termos da Lei e do Regimento, o segundo **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** o qual não se concretizou dada a ausência de oradores.-----

--- Seguidamente, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a aprovação em minuta as deliberações tomadas na presente sessão, nos termos do número três, do artigo cinquenta e sete, do anexo I à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, tendo sido **aprovadas por unanimidade**, a fim de produzirem efeitos imediatos.-----

--- Eram vinte e três horas e cinquenta minutos quando o senhor **Presidente da Assembleia** deu por encerrada a sessão de que se lavra a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo senhor Presidente e Secretários da Mesa da Assembleia.

ATA Nº. 06/2025–2029
Sessão de 30 de Abril de 2026

--- E eu, Carlos Alberto Pereira Almeida,
funcionário nomeado para o efeito, a redigi e subscrevi. -----

----- **O Presidente** -----

----- **A Primeira Secretária** -----

----- **A Segunda Secretária** -----